AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1980/81

VOL 5 Nº 4 ABRIL DE 1981

PERIÓDICOS
COMES FREIRE - 6.V.81 - DR-RIO
BRASIL CORREIO Cr$ 03,00 10.416
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
ESCOLA ADMINISTRACAO EMPRESAS FGV
AV 9 DE JULHO 2029 10. AND
01313 SAO PAULO SP
B019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana-de-Açúcar; Serviço de Dados Básicos	Francisco Antônio da Fonseca Meneses
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa
Olericultura; Fruticultura	Iracema Bouzas Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão; Serviço de Cadastro	Irene Raguenet Troccoli
Milho; Sorgo; Rações; Pecuária Bovina	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final	Emerson da Silva Martins
Secretária	Jorgina Leite Lemos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Benjamin Grosskopf
	Claudia Rodrigues Campos
	Deborah de Almeida Lima
	Francisco Waldir Pires de Souza Filho

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOSSDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETULIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Açúcar 3

Cacau 9

Café 12

Carne 19

Laranja 23

Leite 27

NOTA DA EDIÇÃO

Neste número de **Agroanalysis**, *o* **Grupo de Informação Agrícola** *completa o balanço da safra 1980/81, examinando as perspectivas das principais lavouras permanentes (cacau, café, cana-de-açúcar e laranja) e da produção animal (leite e carnes).*

As quatro lavouras permanentes que são, desta feita, objeto de análise, foram responsáveis, no ano passado, por US$ 5,113 bilhões em exportações, cerca de 25,4% do total das vendas externas do Brasil. A evolução das cotações internacionais para esses produtos reveste-se, portanto, de especial importância, tendo em vista a meta fixada pelas autoridades econômicas, de exportar um valor de US$ 26 bilhões em 1981.

Por isso mesmo, preocupa verificar que as cotações de cacau, café e cana-de-açúcar, na Bolsa de Nova Iorque, acham-se, atualmente, bem abaixo, em termos nominais, dos valores que vigoravam há um ano. No caso do cacau, esse fato deriva de um excesso crônico da oferta e as cotações só se recuperarão quando se encontrar uma forma de ajustar a produção mundial ao nível, bem mais modesto, do consumo. No tocante ao café, a situação é intrigante, já que o estoque mundial previsto para o final do ano safra 1980/81 é o menor dos últimos vinte e um anos. Talvez já pese, nas cotações do produto, a expectativa que cerca a safra brasileira a ser colhida a partir de meados de 1981. O resultado, estimado em cerca de 30 milhões de sacas, representará um avanço de 72,4% em relação à safra anterior. Finalmente, a queda das cotações no mercado do açúcar, além de representar um fenômeno até certo ponto natural, após o forte surto especulativo que afetou este produto no decorrer de 1980, já reflete uma certa recuperação da produção mundial.

Como elemento positivo, surge a súbita alta das cotações do suco de laranja, graças à geada que afetou os pomares da Flórida em meados de janeiro. Desde então, os preços na Bolsa de Nova Iorque subiram rapidamente, passando de US¢ 85 para US¢ 140/lb-peso.

O total das divisas arrecadadas com a exportação desses quatro produtos, contudo, deverá ficar bem abaixo do valor obtido no ano passado. Nem mesmo o crescimento da receita oriunda das exportações de soja e derivados deverá preencher este hiato (v. **Agroanalysis**, *vol. 5, nº 3). Sendo assim, compreende-se a necessidade de se aumentar o esforço de exportação na área dos produtos manufaturados, caso se pretenda atingir a meta de US$ 26 bilhões. A recente concessão do crédito-prêmio de IPI para a exportação desses produtos, sucedâneo da desvalorização cambial, insere-se nesta estratégia.*

A produção de leite e carne, alimentos de grande importância nutricional, também é objeto de exame neste número de **Agroanalysis**. *A oferta de leite, ao que tudo indica, será, mais uma vez, insatisfatória. Isto porque os resultados que se podiam esperar da política de preços mais estimulantes para os produtores, adotada a partir de 1979, foram anulados, em grande parte, pela alta dos custos de produção.*

O mercado de carne bovina, por sua vez, sofre os efeitos de uma retração da demanda, conseqüência da forte elevação dos preços registrada nos anos de 1978 e 1979. Essa queda no consumo, associada à maior participação das carnes de pequenos e médios animais na dieta da população, acabou revertendo, prematuramente, o ciclo pecuário de alta de preços. Esse declínio dos preços poderá resultar numa retomada do processo de liquidação do rebanho, com o envio de maiores lotes de fêmeas ao abate. Embora esse processo possa provocar um aumento da oferta de carne a curto prazo, representa uma ameaça séria a um crescimento estável da produção, a longo prazo.

COMENTÁRIOS

AÇÚCAR

Plano de Safra cumprido apenas no caso do açúcar

A safra de cana-de-açúcar do período 1980/81 está praticamente encerrada, na região Centro-Sul, que produzirá cerca de 70% do total estimado para a colheita deste ano, em nível nacional. Seu desempenho pode ser considerado satisfatório, visto que a meta de produção de açúcar, fixada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, no atual Plano de Safra, foi integralmente cumprida, enquanto que a produção de álcool, mesmo ficando aquém do objetivo traçado no Plano, superou o resultado obtido na safra anterior.

O estado de São Paulo aparece como o maior destaque, com uma produção de açúcar de 3,84 milhões de toneladas, o que representa um resultado 39% superior ao da safra passada, e com um volume de cerca de 2,6 bilhões de litros de álcool, correspondendo a um crescimento de 5% sobre o obtido no período 1979/80. Para chegar a este resultado, foram esmagadas aproximadamente 78 milhões de toneladas de cana, o que reflete um rendimento industrial médio acima de 100 kg/t de cana.

Com uma área colhida de aproximadamente 1,2 milhão de ha, São Paulo conseguiu uma melhoria em sua produtividade agrícola, agora estimada em 65 t/ha, o que pode ser atribuído, entre outros fatores, às boas condições climáticas que prevaleceram no decorrer do período. A performance da safra paulista permitiu contrabalançar os discretos resultados obtidos pelos demais estados da região Centro-Sul. A principal frustração de safra ficou por conta do estado do Rio de Janeiro, em virtude da seca que atingiu a região produtora do norte fluminense, ocasionando uma escassez na oferta da matéria-prima e comprometendo a meta de produção de açúcar em 18% e a de álcool em 2%.

Em seu conjunto, a região Centro-Sul produziu 5,09 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 25% acima do obtido em igual período do ano passado. Quanto ao álcool, a produção regional alcançou 3,06 bilhões de litros, correspondentes a um acréscimo de 8% sobre a safra anterior (posição de 15/03/81 para o açúcar e 28/02/81 para o álcool). Estes resultados sugerem um volume de cana esmagada em torno de 102 milhões de toneladas.

Na região Nordeste, responsável pelos restantes 30% da colheita 1980/81, a safra se estende até agosto. Entretanto, já é possível avaliar seu desempenho, uma vez que o pico da colheita normalmente se situa entre os meses de outubro e dezembro. A canavicultura nordestina não deverá refletir significativamente os efeitos da seca que vem assolando a região nos últimos anos, de vez que a maior parte das áreas de plantio da cana localizam-se nas zonas mais úmidas. As condições climáticas mostraram-se favoráveis, tendo as chuvas que ocorreram no final do ano passado causado apenas pequenos prejuízos na área industrial, por terem atrasado o corte. No que diz respeito à incidência de pragas, o canavial nordestino permanece sofrendo os efeitos da presença da "cigarrinha da folha" que, embora não tendo sido erradicada, é combatida através de controle biológico, com o emprego de um fungo, ou pelo controle químico, por polvilhamento com BHC. Outra praga que tem apresentado grandes infestações nesta região é a chamada "broca gigante" que, alojando-se no interior da cana, acarreta perdas de peso e de teor de açúcar. O controle desta praga é bastante difícil, tendo que se dar pela coleta manual das lagartas após o corte.

A ocorrência destas pragas agrava as dificuldades com que se defronta a cultura canavieira nordestina, caracterizada por um baixo rendimento agrícola – aproximadamente 48 t/ha. Os resultados preliminares da atual safra (posição de 15/03/81 para o açúcar e 28/02/81 para o álcool) afirmam o cumprimento dos objetivos de produção de açúcar, traçados pelo Plano de Safra, ao mesmo tempo em que indicam uma grande probabilidade de que a meta de produção de álcool não seja atingida. Em relação à produção de açúcar, obteve-se, até a data aqui considerada, um volume de 2,8 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo de 12,7% sobre o volume produ-

zido em igual período da safra anterior e 7% acima do montante fixado para esta safra. No tocante à produção de álcool, foi conseguido, até o momento, um total de 540,55 milhões de litros, o que significa um decréscimo de 5% sobre o resultado final de produção da última safra e um volume 30% inferior ao fixado pelo Plano de Safra, para este período. Com uma produtividade industrial em torno de 88 kg/t, o total de cana esmagada nesta região, até o final de fevereiro, aproximava-se de 41 milhões de toneladas.

Pernambuco aparece como o maior produtor de açúcar da região, com um total de 1,23 milhão de toneladas, o que representa um acréscimo de 10,7% sobre o resultado obtido na safra 1979/80. No tocante à produção de álcool, o estado produziu 162,152 milhões de litros, o que significa 70% do resultado registrado no ano precedente. Com condições topográficas adversas para a cultura, a expansão da área mostra-se limitada e sua taxa de crescimento não deverá ultrapassar 3%.

O estado de Alagoas vem logo a seguir, apresentando uma produção de 1,14 milhão de toneladas, volume 14% superior ao atingido na safra anterior. Em relação à produção de álcool, o resultado parcial é de 253,6 bilhões de litros — 12% acima do obtido um ano antes. Também sofrendo os efeitos da escassez de novas áreas de plantio, Alagoas teve de encerrar esta safra antecipadamente, em face da falta de matéria-prima, cuja oferta não corresponde às necessidades de seu superdimensionado parque industrial.

Em termos econômicos, a agroindústria canavieira, em nível nacional, vem-se defrontando com uma série de problemas que caracterizam um quadro de crise permanente. Em que pese a posição de destaque que o país ocupa enquanto produtor de açúcar e álcool, a rentabilidade do setor mostra-se prejudicada, quer pelos reduzidos níveis da produtividade agrícola e industrial, quer pela pressão inflacionária exercida sobre os custos de produção.

Na tentativa de elevação dos rendimentos, vem sendo feito um esforço no desenvolvimento de novas variedades de cana mais resistentes e adequadas à especificidade de cada região. Ainda que encontrando boa receptividade por parte dos produtores, sua implantação é lenta, passando por diversas etapas, que vão desde os testes para a comprovação de suas qualidades até a multiplicação destas novas variedades e erradicação das mais antigas.

Um aspecto determinante para o baixo rendimento da cultura é a deficiência nas condições de solo e umidade apresentada pelas regiões produtoras tradicionais. Neste sentido, o caso do Rio de Janeiro é típico. Sofrendo constantes problemas de seca, a produtividade agrícola da cana neste estado não chega a 45 t/ha. Em vista desta situação, vem sendo desenvolvido um programa de irrigação do norte fluminense. Ainda passando por um período preliminar do projeto, foram selecionados três municípios (Macaé, Campos e São João da Barra) sendo fixada como meta inicial a irrigação de 45 mil hectares. Acredita-se que, uma vez implantado tal programa, será possível obter uma produtividade média de 80 t/ha, o que solucionaria o problema da capacidade ociosa da indústria açucareira da região.

Outra medida que, se implementada, contribuiria para um melhor desempenho da agroindústria, é a implantação do sistema de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose. Este sistema, que prevalece em praticamente todos os grandes países produtores de açúcar de cana, estimularia um fornecimento de matéria-prima de melhor qualidade, promovendo uma elevação, não somente da produtividade agrícola, mas, também, da produtividade industrial. Na atual safra, o sistema foi utilizado experimentalmente em Alagoas, abrangendo um total de dezesseis usinas, ou seja, 50% do total do parque industrial açucareiro daquele estado.

A política de preços para os produtores de cana, açúcar e álcool, por seu turno, não atendeu nesta safra às aspirações do setor. De imediato, constata-se uma elevação nominal da remuneração dos produtores aquém do índice inflacionário. No caso da cana-de-açúcar, alguns dos principais itens de seu custo de produção tive-

ram uma alta de preços que ultrapassou, em muito, os reajustes concedidos, como foi o caso dos preços de fertilizantes e de veículos. Também a política de crédito gerou insatisfação entre os produtores, seja pela majoração da taxa de juros, seja pelas dificuldades de acesso ao crédito, que se fizeram sentir principalmente sobre os pequenos fornecedores.

As dificuldades financeiras sentidas pelo setor, no mesmo momento em que o país conseguiu obter excelentes resultados com as exportações de açúcar, trouxeram de volta a reivindicação, por parte dos produtores, de privatização do comércio externo açucareiro. Segundo esta argumentação, o IAA teria obtido, em 1980, um ganho líquido de US$ 130 por tonelada de açúcar exportado, enquanto o setor enfrentava grave crise financeira. Efetivamente, haveria, com a privatização, um benefício para os produtores em momentos de alta do mercado externo. O que se coloca em dúvida é a capacidade de a iniciativa privada arcar, sozinha, com os prejuízos advindos de conjunturas desfavoráveis do comércio internacional.

O Mercado Externo

As cotações do açúcar no mercado externo mantiveram-se em níveis elevados durante o ano de 1980, em conseqüência ainda da escalada altista desencadeada em fins de 1979. Entretanto, nos últimos quatro meses, registrou-se queda substancial dos preços, da ordem de aproximadamente 40%, o bastante para suscitar o temor junto aos países produtores de que estivesse sendo iniciada uma nova fase de instabilidade e declínio do mercado.

Uma análise minuciosa da situação, evidencia, de fato, que as cotações dificilmente voltarão a atingir a média obtida em outubro do ano passado, correspondente a US$ 905/tonelada (no mercado disponível da Bolsa de Nova Iorque). No entanto, torna-se necessário distinguir os fatores fundamentais, que ditam as tendências mais prolongadas de comportamento do mercado, dos aspectos de ordem conjuntural, que provocam flutuações de curto prazo nos preços.

Entre os fatores conjunturais, por exemplo, destaca-se a atuação dos especuladores que, no ano passado, tiveram grande responsabilidade nas bruscas alterações sofridas pelas cotações. Somam-se a este elemento, decisões de política econômica adotadas pelos países produtores, em função de ocorrências de caráter temporário no cenário internacional. Nesse sentido, um bom exemplo foi a saída e o retorno posterior do Brasil ao comércio exportador do açúcar, por ocasião do conflito entre o Iraque e o Irã, que influenciou fortemente o mercado, no curto prazo. Em Agroanalysis, vol. 4, nº 12, a situação do mercado açucareiro foi devidamente analisada, frisando-se que as baixas registradas no final do ano deveriam ser compreendidas como um ajuste do mercado a um nível de preços mais realista.

Estas considerações não invalidam, contudo, a necessidade de examinar alguns dos fatores fundamentais que podem determinar a evolução futura do mercado. Embora esteja prevista para este ano-safra a permanência de um déficit na oferta de açúcar, em torno de 2,5 milhões de toneladas, já se pode observar uma recuperação da produção mundial, ao mesmo tempo em que o consumo mostra sinais de estagnação, devendo permanecer no mesmo nível do ano anterior. Segundo a última estimativa do Departamento de Agricultura norte-americano, a produção açucareira mundial deve ficar em 87,1 milhões de toneladas, o que representa uma elevação de 3%, em relação ao resultado atingido no período 1979/80. Isto pode ser atribuído à rápida capacidade de resposta da indústria européia de açúcar de beterraba a um estímulo de preço. No entanto, tal resultado fica na dependência, sobretudo, do fator climático, principal responsável pelos recuos na produção, ocorridos nos últimos dois anos. Registre-se ainda, o fato de que, dificilmente, Cuba, o maior exportador mundial, conseguirá recuperar-se da quebra sofrida por sua safra no ano passado, em conseqüência da incidência de ferrugem que afetou grande parte das plantações.

O consumo mundial, por sua vez, ressente-se da elevação dos preços de duas formas: a primeira consiste no desestímulo à demanda em função das altas cotações; a segunda, deri-

va do surgimento de sucedâneos do açúcar — especialmente o xarope de milho — que vêm-se mostrando competitivos, em razão, mais uma vez, do nível em que se encontram os preços do açúcar. Por esses motivos, o USDA prevê para este ano, um total consumido de açúcar da ordem de 90 milhões de toneladas, equivalente ao volume registrado um ano antes.

Como foi afirmado anteriormente, as estimativas configuram, ainda, uma situação de escassez mundial do produto e de crescente esgotamento dos estoques, previstos pelo USDA em 24,3 milhões de toneladas. Se confirmada esta previsão, a relação estoques/consumo estaria em torno de 27%, próxima do índice crítico de 25%. Este fato, por si só, desestimula qualquer prognóstico de uma baixa muito acentuada de preços.

O comportamento do mercado açucareiro, na última década (ver Quadro 1) indica movimentos cíclicos de breves altas e prolongados declínios das cotações. Isto poderia fazer supor uma analogia entre as elevações de preços ocorridas no período 1974/75 e o verificado no ano passado.

Contudo, observam-se algumas diferenças significativas entre estes dois momentos. A alta recente dos preços não atingiu o grau alcançado naquele período, ao mesmo tempo em que vem apresentando uma maior resistência a quedas mais bruscas. Esta maior estabilidade do mercado tem como causas, entre outras, a maior efetividade do Acordo Internacional do Açúcar, e seus mecanismos reguladores, e a presença dos sucedâneos do produto. No que diz respeito ao Acordo, as quotas de exportação dos países membros foram suspensas em janeiro do ano passado, quando os preços ultrapassaram o limite máximo de US¢ 23/libra-peso. Com as recentes quedas das cotações, as quotas poderão novamente entrar em vigor, o que, em um momento de escassez da oferta, deve provocar uma maior firmeza dos preços. No entanto, o que parece apresentar-se como o mais importante fator de estabilização do mercado é a flexibilidade que se abre, para os produtores de açúcar de cana, de conversão de suas quotas de produção de açúcar, em álcool.

Por esta razão, o Brasil, que vem sendo o pioneiro na utilização do álcool para finalidades energéticas, detém excepcionais condições de influir no mercado. Em ocasiões em que as cotações estiverem substancialmente elevadas, o país pode reduzir sua produção de álcool anidro (diminuindo a participação do álcool na mistura com gasolina) e aumentando sua oferta de açúcar ao mercado internacional. Com isto, aproveitaria a conjuntura altista dos preços, ao mesmo tempo em que influenciaria o mercado no sentido de uma maior estabilidade das cotações. Na hipótese contrária, de declínio acentuado dos preços, caberia ao Brasil elevar a produção de álcool anidro, reduzindo sua oferta no mercado açucareiro.

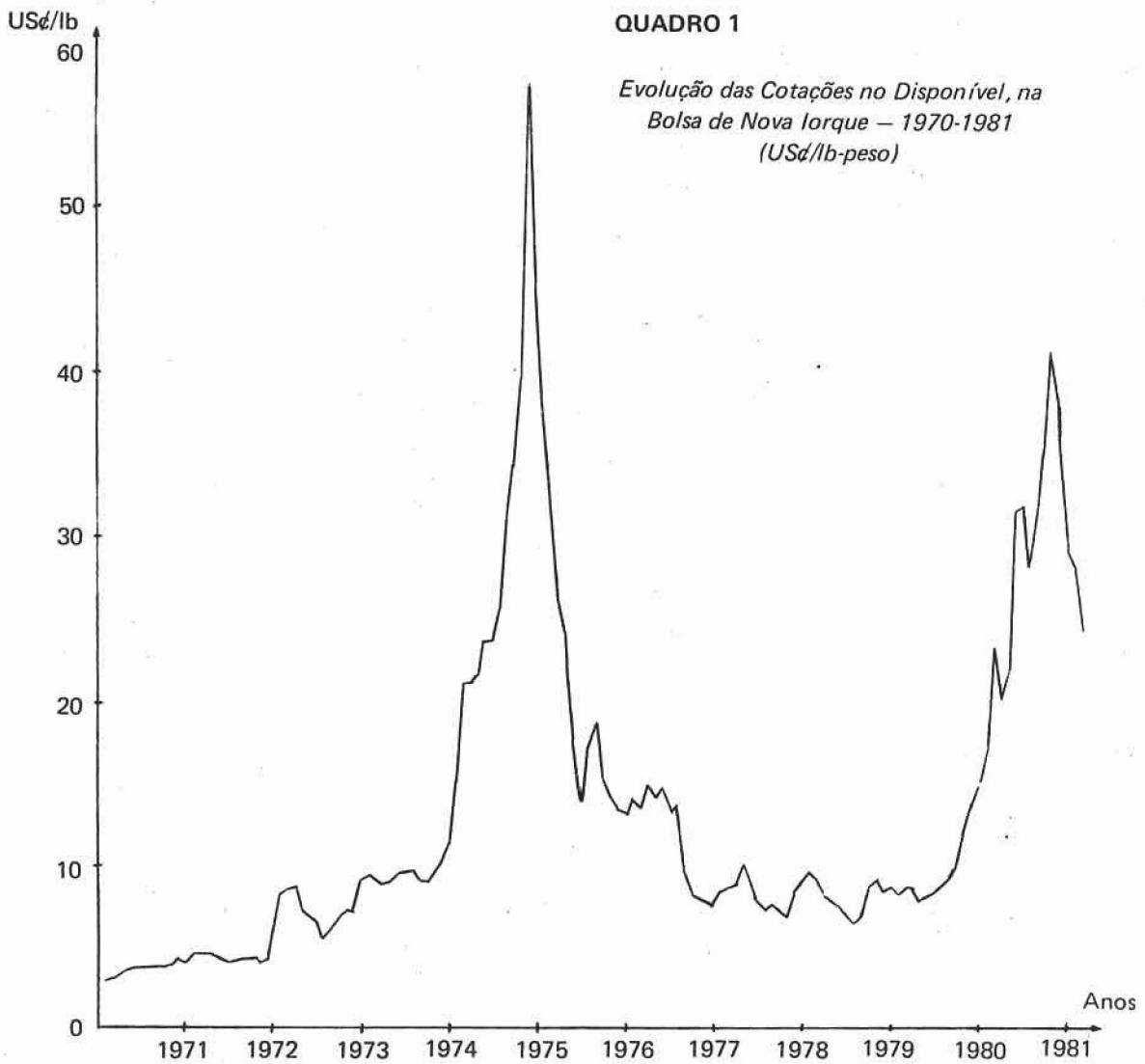
Diante destas considerações, torna-se possível prever, para este ano, uma trajetória declinante dos preços, inserida numa tendência baixista, de longo prazo, mas que ainda poderá apresentar, no período, um quadro favorável para os países exportadores.

O Brasil talvez não consiga repetir os resultados alcançados em 1980, quando atingiu um volume exportado de açúcar (demerara, cristal e refinado) de 2,56 milhões de toneladas, que representou, em divisas, US$ 1,29 bilhão. Na hipótese de vigência das quotas de exportação fixadas pelo Acordo, o país, estaria, a princípio, autorizado a negociar 2,2 milhões de toneladas no mercado externo. Qualquer previsão que, neste momento, aponte o montante em divisas que o Brasil poderá obter, este ano, com as vendas de açúcar, será prematura. Mesmo assim, considerando-se uma faixa de variação de preços entre 380 e 500 dólares, o país poderá obter um resultado final aproximado de US$ 1 bilhão, que, embora inferior ao total conseguido em 1980, demonstraria uma boa performance das exportações brasileiras de açúcar.

No que diz respeito à atual política de exportação do IAA, vale destacar a prática de fechamento de contratos de longo prazo. Esta política reflete a opção por negócios de menor risco, que garantam, nos termos dos contratos, preços de venda nunca inferiores aos custos internos de produção. Para 1981,

QUADRO 1

Evolução das Cotações no Disponível, na Bolsa de Nova Iorque – 1970-1981 (US¢/lb-peso)



FONTE: Statistical Bulletin – ISO.

Agroanalysis, 5(4): 3-32, abril/1981

estes contratos já atingem um volume total de 1 milhão de toneladas.

Cabe, ainda, ressaltar as boas perspectivas que o comércio externo do melaço vem oferecendo. No ano passado, a uma cotação média de US$ 100/tonelada, o país obteve, em divisas, US$ 82,372 milhões com exportações do produto. No presente momento, as cotações do melaço já atingem US$ 120/tonelada, o que representa uma excepcional valorização.

Finalmente, uma outra possibilidade que se abre é a das exportações de álcool, que, em 1980, renderam ao país um total de US$ 136 milhões. Com uma cotação média de US$ 80/barril (FOB), o comércio externo do álcool representa uma alternativa atraente para o escoamento do produto, desde que a exportação não se faça em prejuízo do atendimento à demanda interna.

Álcool

Com um total de 358 projetos aprovados (posição de 10/03/81) e uma capacidade de produção de cerca de 7,3 bilhões de litros por safra, o Programa Nacional do Álcool prossegue em sua implantação, buscando viabilizar a meta de produção de 10,7 bilhões de litros, em 1985.

Examinando-se o volume de álcool produzido na safra 1979/80 e o obtido na atual safra, constata-se que o país vem encontrando dificuldades para a realização dos objetivos parciais fixados pelo Programa. Para a safra 1979/80, estava prevista uma produção de 3,798 bilhões de litros, tendo sido atingido um resultado final de 3,4 bilhões de litros, ou seja, 12% a menos do que o total estipulado. Para o presente período, a meta fixada foi de 4,071 bilhões de litros tendo sido efetivados, até o final de fevereiro, 88% deste objetivo, o que pode ser considerado um desempenho fraco, visto que, a safra já se encontra praticamente encerrada.

Parte das dificuldades enfrentadas pelo programa pode ser explicada pelas limitações na produção da matéria-prima exigida pela indústria alcooleira. Este problema deriva de duas ordens de questões: a que se relaciona ao fraco desempenho produtivo da cultura canavieira e a que torna difícil, no atual estágio do programa, a expansão da área de cana nas regiões mais tradicionais desta cultura.

A baixa produtividade da lavoura canavieira mostra-se como um problema de difícil solução, cujos esforços para sua superação tem apresentado resultados ainda bastante insuficientes. O esgotamento das áreas mais aptas para o cultivo da cana, por seu turno, obriga a penetração em novas regiões. O estado de São Paulo, que, nesta safra, deve participar com 73% da produção nacional de álcool, já apresenta um nível elevado de saturação de áreas aptas e disponíveis para o plantio da cana. Para conseguir manter esta participação no Programa, a alternativa que se apresenta é a ocupação de terras no Oeste paulista. Esta região, embora sem apresentar as mesmas qualidades da tradicional área produtora de cana do estado, mostra-se adequada para a expansão da lavoura canavieira, quer por sua topografia e bom nível de fertilidade do solo, quer pelo fato de que a maior parte de suas terras encontra-se ocupada por pastagens, não existindo, assim, o sacrifício de culturas de subsistência.

O Paraná, que já é o segundo maior produtor de álcool da região Centro-Sul, com um volume de 141,62 milhões de litros, vem utilizando as áreas do norte do estado para o plantio de cana. Para 1985, pretende atingir a produção de 1 bilhão de litros, o que exigirá a apropriação de 66,88 mil hectares adicionais para o plantio de cana. Diante disto, a Secretaria de Agricultura paranaense desenvolveu um estudo destinado a servir de base a um zoneamento das áreas agrícolas, que apontou a região Noroeste do estado como prioritária para a ocupação canavieira, fundamentando-se no fato de ser esta uma área de pecuária extensiva, o que limitaria os riscos da expansão da cana-de-açúcar para o restante da produção agrícola, além de tornar a prática da pecuária mais econômica, utilizando-se o bagaço da cana como ração animal.

Os estados de Pernambuco e Alagoas, tradicionais produtores de cana-de-açúcar, oferecem por sua vez, poucas possibilidades de expansão para a canavicultura. Neste sentido, outros estados deverão surgir como grande produtores de álcool, a par-

tir da cana, em futuro próximo, embora, nesta safra, ainda tenham um desempenho pouco expressivo. A Bahia é certamente um deles, pois já se coloca como o terceiro maior produtor, em termos de capacidade instalada dos projetos aprovados. Também os estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte aparecem de forma promissora, como futuros produtores de álcool.

Se a capacidade de produção agrícola constitui-se em um sério obstáculo para os objetivos do programa, também os problemas de ordem financeira vêm ameaçando os objetivos traçados. O orçamento para o financiamento do Programa que, anteriormente, tinha uma previsão de aplicação de recursos anuais de 1 bilhão de dólares, foi limitado este ano a pouco mais do que US$ 500 milhões. Vê-se, então, que a restrição orçamentária trará sensíveis limitações aos futuros financiamentos requeridos.

A retirada parcial dos subsídios para os financiamentos industriais de novos projetos vem também causando apreensões entre os empresários do setor. A parte agrícola dos projetos, por outro lado, sofreu um impacto ainda maior, na medida em que, além da elevação da taxa de juros, cessou o financiamento geral de 100% sobre o valor do orçamento de formação e renovação de lavouras.

Também a política de preços do álcool vem merecendo críticas por parte dos produtores. Segundo estes, a manutenção do preço do álcool em um nível não superior a 65% do preço da gasolina, estimula o consumo, mas não remunera devidamente o produtor.

O que parece certo é que o Proálcool vive uma nova etapa de seu desenvolvimento, exigindo a redefinição de normas que garantam sua continuidade.

CACAU

Soluções de curto prazo devem ser abandonadas

Em 1980, as exportações brasileiras de cacau e derivados alcançaram um volume total de 280 mil toneladas, originando uma receita global de US$ 713 milhões. As exportações de amêndoas obtiveram um preço médio de US$ 2.360/t, enquanto o valor médio da exportação total atingia US$ 2.550/t, indicando uma relação de preços favorável à exportação de derivados.

A produção do ano agrícola brasileiro de 1980/81 (1º/05/80 a 30/04/81) deverá ficar próxima da obtida no ano anterior. A quebra de safra provavelmente não ultrapassará 5%, sendo de todo modo inferior às previsões feitas anteriormente por alguns setores, nas quais este percentual variava entre 30 e 40%. As estimativas iniciais para a safra temporã, a iniciar-se em 1º de maio na região cacaueira da Bahia, indicam acentuado progresso em relação a idêntico período de 1980. As chuvas caídas na 2ª quinzena de março naquela região não deverão afetar a produção, apesar de sua intensidade, que poderá favorecer a ocorrência de focos esparsos de podridão parda.

Desta forma, o crescimento da produção deverá superar em pelo menos 40% as 2,3 milhões de sacas produzidas pela safra intermediária de 1980, o que garantirá, para o ano agrícola internacional de 1980/81, uma produção total da ordem de 370 mil toneladas, novo recorde para a produção nacional.

O preço médio recebido pelo produtor nacional, em termos reais, caiu ao longo de 1980, continuando o declínio das cotações internas que se observa desde 1977. O preço médio de Cr$ 2.117,16/arroba, obtido em 1980, mostrou-se inferior até mesmo ao observado no ano de 1976, que foi de Cr$ 2.307,64/arroba.

A redução do valor das exportações brasileiras de cacau e derivados, que caíram de US$ 953 milhões em 1979 para US$ 713 milhões em 1980, foi resultante da associação de cotações internacionais fortemente declinantes com ligeira redução do volume total exportado. A queda do volume exportado, da ordem de 6%, é explicada pela redução havida na safra intermediária do ano passado (2,3 milhões de sacas de 60 kg) em relação ao recorde de 1979 (3,2 milhões de sacas de 60 kg), que provocou uma menor oferta brasileira no 1º semestre de 1980, recuperada quase integralmente, nos seis meses seguintes, graças ao bom desempenho da safra principal.

A depressão das cotações internacionais, contudo, é resultante de um crescimento estrutural do excesso de oferta mundial, provocado pelo desenvolvimento de programas de expansão de lavouras de vários países produtores, dentre os quais o Brasil, a partir de 1975. Esta queda das cotações, prevista há algum tempo, atingiu níveis que podem ser considerados inferiores aos custos de produção de cacau na maior parte dos países produtores. Ao longo do 1º semestre deste ano, no entanto, não deverão ocorrer grandes flutuações de preços, apesar do patamar alcançado no 1º trimestre de 1981 (US¢ 90/lb) poder ser considerado como um incentivo ao crescimento do consumo. Esta estimativa pressupõe que o comportamento dos fatores fundamentais do mercado se mantinha dentro das previsões. O Quadro 1 mostra a variação observada nos últimos dez anos na relação estoque/consumo, que agora alcança níveis superiores aos encontrados no início da década de 70 e que, àquela época, pressionavam de modo semelhante as cotações internacionais do cacau.

Associando-se à ocorrência desta redução das cotações externas uma correção cambial insuficiente para compensá-la, encontra-se, como resultado, preços internos reais declinantes, mesmo em períodos de oferta relativamente reduzida, como ocorrido no 2º e 3º trimestres de 1980, quando os produtores brasileiros se viram às

QUADRO 1

CACAU – Evolução da Produção, Consumo e Estoques Mundiais 1971/72 - 1980/81 (1.000 t)

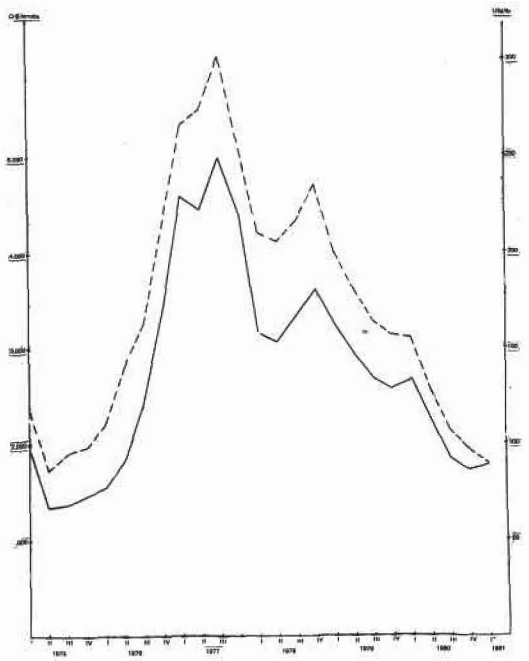
	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Estoque no início do período	569	621	400	329	434	412	315	432	472	621
Produção	1.567	1.384	1.434	1.534	1.494	1.327	1.488	1.465	1.601	1.568
Consumo	1.515	1.605	1.505	1.429	1.516	1.418	1.371	1.425	1.452	1.4766
Estoques no final do período	621	400	329	434	412	315	432	472	621	713
% do estoque final em relação ao consumo do ano seguinte	38,69	26,58	23,02	28,63	29,06	22,98	30,32	32,51	42,07	47,53

Nota: Moagens no período 1981/82 estimadas em 1,5 milhão de t.
* Estimativa.
Fonte: Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

voltas com uma quebra de produção da ordem de 30% em relação ao ano anterior e, ainda assim, tiveram redução na remuneração real por unidade produzida. As cotações externas (em US¢/lb) e internas (em Cr$/15 kg), dadas como médias trimestrais reais, aparecem no gráfico 1.

A morosidade com que se alcançou o novo Acordo Internacional do Cacau, cuja efetividade é cada vez mais essencial para que se imponham práticas de sustentação das cotações internacionais do produto, é preocupante. Uma vez indicado que estas cotações se situam em níveis inferiores aos do custo de produção e que não há previsão de recuperação acelerada do mercado a curto prazo, a entrada em vigor do Acordo recentemente discutido e o acionamento de suas cláusulas de sustentação de mercado, ambos prejudicados pela indefinição de alguns países produtores (Costa do Marfim, Togo e Gabão) quanto à sua assinatura, parecem ser o único modo de evitar uma redução ainda

GRÁFICO 1 *Preço Recebido pelos Produtores (—) (em Cr$/@) e Cotação de Fechamento — 1º Futuro - N.Y. (- - -) (em US¢/lb) — Valores Médios Trimestrais — Corrigidos para Mar-81*



FONTE: CEA/FGV — Copercacau e Unicom News.
Índices utilizados: IGP, col. 2 e IPA - USA.
* estimativa.

maior da remuneração dos produtores. Sem a ação do Acordo, uma elevação da oferta brasileira durante o período da safra intermediária (maio-setembro) cuja produção pode ser bem maior do que a previsão mínima de 3,2 milhões de sacas, poderá determinar uma compressão ainda maior nos preços externos, a menos que se tomem providências quanto à estocagem interna do produto.

Reflexo positivo da queda continuada das cotações internacionais foi que esta serviu para abrir um novo caminho aos produtores brasileiros que, hoje, já estão dispostos a abandonar as soluções de curto prazo, em favor da abordagem racional dos problemas estruturais que afetam a lavoura, tais como a concentração de propriedades, os custos de produção, o escoamento das safras e a comercialização externa e interna (sobretudo no que diz respeito às relações com a indústria).

Esta nova abordagem poderia reduzir o impacto das crises que, como a atual, são freqüentes no mercado. É necessário que medidas dessa natureza sejam tomadas com a brevidade possível, de modo a evitar que uma nova conjuntura de preços favoráveis leve ao esquecimento das distorções estruturais que prevalecem no setor.

As exportações totais brasileiras, em 1981, deverão oscilar em torno de US$ 650 milhões, refletindo a persistência, ao longo de 1981, de condições estáveis do mercado externo, o que não deverá evitar uma queda de 15% no valor médio da exportação brasileira, sendo esta redução parcialmente compensada por uma elevação de 10% na quantidade total exportada. Não deve ser descartada, contudo, a possibilidade de recuperação lenta do mercado internacional que, bem aproveitada pelos exportadores brasileiros, poderá levar à repetição do desempenho de 1980. Neste sentido é provável que as indústrias processadoras de cacau repitam a performance do ano passado, quando foram responsáveis por 56% do volume exportado e por 59% da receita total.

CAFÉ

Receita cambial dificilmente igualará a de 1980

A meta de exportar 17 milhões de sacas de café, em 1981, reflete a preocupação governamental em dar continuidade à política de reconquista de mercados iniciada pelo Brasil no ano passado. Esta quantidade é 12% e 40% superior ao total das vendas realizadas em 1980 e em 1979, respectivamente. A pretensão de ampliar a participação brasileira no mercado internacional esbarra na situação de relativa folga de oferta hoje vigente no cenário mundial, uma vez que acarretará, certamente, aumento da concorrência, já acirrada, entre os principais países produtores. Mais grave, ainda, é o fato de que o excesso de oferta no âmbito internacional deverá ampliar-se, durante o ano, com a entrada de grãos da safra 1981/82, provenientes de alguns países que colhem mais cedo, entre eles o Brasil, onde a colheita é prevista em nível elevado.

Para o ano cafeeiro em curso, o USDA estimou, em sua 4ª avaliação da safra 1980/81, uma produção mundial exportável de 60.426 mil sacas, marca inferior em 218 mil sacas à quantidade obtida na estação anterior. O estoque inicial de 1980/81 é calculado, pelo mesmo USDA, em 23.658 mil sacas (ver Quadro 1). Assim, a disponibilidade para comercialização internacional deverá situar-se em torno de 84.084 mil sacas. Tendo em vista que o total das exportações deverá atingir 60.971 mil sacas, o estoque final ficará em torno de 23.408 mil sacas.

Ainda em relação ao Quadro 1, é interessante notar que o estoque mundial previsto para o final de 1980/81 é o menor dos últimos 21 anos. Em conseqüência da geada que, em 1975, atingiu áreas produtoras brasileiras, o nível dos estoques mundiais sofreu forte redução, caindo de quase 40 milhões de sacas em 1975/76 para 25 milhões no período seguinte. Nas estações posteriores, exceto 1977/78, leves diminuições se sucederam. A recuperação da produção mundial de café que se vem processando há alguns anos, não foi suficiente, ainda, para reconduzir os estoques a níveis que, pelo menos antes da geada de 1975, eram considerados normais.

Apesar disso, as cotações in-

QUADRO 1

CAFÉ – Distribuição Mundial da Oferta – 1960/61-1980/81
(em milhões de sacas de 60 kg)

Períodos	Estoques Iniciais	Produção	Importações dos Países Produtores	Disponibilidade Total	Consumo Interno dos Países Produtores	Exportações	Estoque Final
1960/61	58,806	65,374	0,215	124,395	16,270	43,003	65,123
1961/62	65,123	75,950	0,191	141,264	20,985	46,151	74,128
1962/63	74,128	67,787	0,162	142,077	14,591	46,946	80,538
1963/64	80,538	65,338	0,91	145,967	17,524	51,070	77,371
1964/65	77,371	52,649	0,89	130,109	16,650	41,902	71,556
1965/66	71,556	82,153	0,144	153,853	17,697	49,965	86,188
1966/67	86,188	63,380	0,158	149,726	19,128	48,915	81,684
1967/68	81,684	70,877	0,155	152,716	17,950	55,732	79,039
1968/69	79,039	63,316	0,115	142,470	19,528	53,582	69,360
1969/70	69,360	69,713	0,181	139,254	18,789	55,119	65,346
1970/71	65,346	58,979	0,179	124,504	19,278	51,641	53,588
1971/72	53,588	73,679	0,211	127,478	18,951	58,279	50,246
1972/73	50,246	77,033	0,206	127,485	17,365	61,150	48,974
1973/74	48,974	66,115	0,288	115,377	19,028	60,391	35,958
1974/75	35,958	82,508	0,293	118,759	19,145	55,325	44,288
1975/76	44,288	72,935	0,245	117,468	18,780	59,309	39,382
1976/77	39,382	61,440	0,246	101,068	18,793	56,846	25,429
1977/78	25,429	70,757	0,294	96,480	18,869	48,226	29,385
1978/79	29,382	78,434	0,279	108,095	19,318	63,723	25,054
1979/80	25,078	80,400	0,275	105,753	19,894	62,201	23,658
1980/81	23,658	80,670	0,295	104,623	20,244	60,971	23,408

Fonte: Complete Coffee Coverage.

ternacionais vêm sofrendo quedas de preço quase que continuadamente, desde abril de 1977. Os fatores explicativos da aparente contradição entre estoques em declínio e preços também em queda são diversos e não cabe aqui analisá-los pormenorizadamente. No entanto, é preciso lembrar que, apesar de reduzidos, os estoques dos últimos anos não chegaram a criar uma expectativa de aperto imediato da oferta. Isto porque, a partir da safra 1977/78, a cada ano era renovada a perspectiva de uma colheita suficiente e em recuperação. É claro que, nesse período, o mercado viveu momentos de tensão, uma vez que, a eventualidade de uma geada de grandes proporções — fenômeno sempre temido — teria impulsionado o mercado para níveis elevadíssimos. No curto prazo, porém, a disponibilidade anual de café foi sempre suficiente para atender à demanda.

Diante do panorama internacional acima descrito, o propósito brasileiro de elevar as vendas do país em 2 milhões de sacas, contribuirá, por certo, para que os preços internacionais permaneçam deprimidos durante o corrente ano, a não ser que se verifiquem problemas de maior gravidade nas áreas produtoras. Provavelmente, as cotações permanecerão nos níveis atuais (entre US$ 1,20/lb e US$ 1,30/lb) até meados de maio. Neste período, os importadores normalmente aumentam o ritmo de suas compras objetivando formar estoques suficientes para minimizar a necessidade de novas aquisições durante os meses de inverno no Brasil. Tentam com isso não serem surpreendidos por uma súbita elevação de preços que sucederia à ocorrência de uma geada nas regiões produtoras do país. A constituição de estoques relativamente elevados durante o período de inverno no Hemisfério Sul permite ainda que sejam especulativamente aproveitadas as fortes oscilações de preço que costumam ocorrer no período junho/agosto, quando o mercado apresenta-se extremamente nervoso e atento às previsões meteorológicas brasileiras.

A partir de meados de maio, na medida em que se forem consolidando as perspectivas de uma boa colheita no Brasil e que transcorram os meses de maior risco de geadas, deverá predominar no mercado uma tendência de queda das cotações. Esta tendência estará potencialmente presente até o último trimestre do ano, quando o interesse dos compradores se reavivará diante da necessidade de formar estoques para enfrentar o aumento sazonal de consumo que se verifica durante o inverno dos países do Hemisfério Norte.

Esta perspectiva de comportamento dos preços não é, por certo, favorável aos países produtores. Este ano, no entanto, dois fatores deverão contribuir, ainda que precariamente, para sustentar as cotações: a vigência do Acordo Internacional do Café e o acerto, entre o Brasil e a Colômbia, de uma limitação quanto às devoluções contratuais que estes países fazem aos importadores, por quedas futuras de preço. No caso do Brasil, o IBC se compromete a devolver ao importador, em Avisos de Garantia, a diferença entre o preço pago e a menor média de cotações de 10 dias de mercado verificadas até 40 dias após a compra. O acordo entre Brasil e Colômbia estabeleceu um piso para o preço que serve de base ao cálculo dessas devoluções, isto é, mesmo que a média móvel dos preços caia abaixo do piso de US$ 1,20 lb, a garantia a ser devolvida ao comprador será a diferença entre o preço pago e US$ 1,20/lb.

Por sua vez, o Acordo Internacional do Café (AIC) deverá ser mais efetivo no que tange à sustentação dos preços do produto. Neste sentido, segundo o AIC, a Organização Internacional do Café efetuará um corte nas cotas de exportação dos países produtores, sempre que os preços caiam abaixo de US$ 1,20/lb, sendo que um novo corte ocorrerá se os preços caírem abaixo de US$ 1,15/lb. Desde a assinatura do AIC (novembro de 1980) alguns cortes de cotas já foram feitos e, até o momento, excetuados breves períodos de tempo, mostraram-se capazes de sustentar as cotações acima do limite mínimo de US$ 1,15/lb. Tendo em vista, no entanto, a situação estatística do mercado e as próprias limitações do AIC como instrumento de sustentação de preços (ver Agroanalysis, vol. 4 nº 12) não é impossível

que, em 1981, o preço médio das exportações de qualquer país produtor situe-se abaixo do limite mínimo determinado pelo próprio AIC.

Esta hipótese é admitida, inclusive, por autoridades governamentais brasileiras, unânimes em prever, para 1981, uma receita cambial inferior à obtida ano passado, em que pese o aumento pretendido da quantidade exportada. Em 1980, o Brasil arrecadou US$ 2,78 bilhões mediante a venda de 15,210 milhões de sacas de café, o que resulta em um preço médio de US$ 183,10/saca (ou US$ 1,38/lb). Em 1981, as vendas externas de café, certamente, não lograrão obter um preço médio tão elevado (ver Quadros 2 e 3) sendo, também, improvável a repetição da receita cambial. Para que aquele mesmo montante de divisas viesse a ser novamente arrecadado, supondo que a meta quantitativa fosse cumprida (17 milhões de sacas) seria necessário que se obtivesse, em média, por saca exportada, US$ 163,53 (ou US$ 1,24/lb). Este preço é superior ao primeiro limite (US$ 1,20/lb) do AIC e, além disso, é preciso lembrar que parte dos Avisos de Garantia emitidos em 1980 será descontada nos primeiros meses de 1981, contribuindo para reduzir a média dos preços de exportação desses meses.

A este respeito, vale destacar alguns dos aspectos da sistemática de comercialização externa adotada pelo IBC, a partir dos primeiros meses de 1980. Esta sistemática estabelece que o importador será indenizado, mediante emissão de Avisos de Garantia pelo IBC, caso os preços de mercado venham a cair até 40 dias após o registro da operação, como mencionado acima. Além dessa vantagem, o importador recebe, também em Avisos de Garantia, a diferença entre o preço nominal pago e as cotações efetivas de mercado. Em sua primeira compra de café brasileiro regulada por contrato de fornecimento junto ao IBC, o importador pagará, por libra de café adquirida, o preço mínimo de registro fixado pelo IBC (US$ 2,00, atualmente) mais despesas de transporte, seguro etc, preço esse muito superior ao de mercado. Posteriormente, o comprador será ressarcido, através de Avisos de Garantia

QUADRO 2

CAFÉ — Exportações Semestrais Brasileiras — 1979 e 1980

	1980			1979		
	Quantidade (1.000 sacas)	Valor (milhões US$)	Preço Médio (US$/sc)	Quantidade (1.000 sacas)	Valor (milhões US$)	Preço Médio (US$/sc)
1º Semestre	7.093	1.458	205,57	5.838	907	155,38
2º Semestre	8.116	1.322	162,89	6.372	1.418	222,53
Total	15.209	2.780	182,78	12.210	2.325	190,47

Fonte: IBC.

QUADRO 3

CAFÉ – Comparativo das Exportações do 1º Bimestre 1979-1981

	1981			1980			1979		
	Quantidade (1.000 sc)	Valor (milhões US$)	Preço Médio (US$/sc)	Quantidade (1.000 sc)	Valor (milhões US$)	Preço Médio (US$/sc)	Quantidade (1.000 sc)	Valor (milhões US$)	Preço Médio (US$/sc)
Janeiro	1.415	188	133,06	203	36	176,9	560	89	158,62
Fevereiro	1.248	168	134,59	532	97	182,47	775	110	142,31
Total	2.663	356	133,78	735	133	180,93	1.335	199	149,15

Fonte: IBC.

(títulos emitidos pelo IBC e conversíveis unicamente em café brasileiro). Este ressarcimento será igual à diferença entre o valor pago e a média dos preços indicativos da OIC para robustas e outros suaves, verificados durante os 10 dias precedentes ao registro da operação (não são consideradas, neste exemplo, pequenas diferenças contratuais para importadores europeus ou americanos). Os Avisos de Garantia obtidos pelo importador serão utilizados como parte do pagamento de compras futuras de café brasileiro. Portanto, numa hipotética segunda compra, o importador pagaria, por libra, o preço indicativo da OIC para arábicas não lavados e usaria os Avisos de Garantia em seu poder como parte do pagamento. Nesta operação, terá direito, novamente, a receber, em títulos, a diferença entre o preço nominal pago e a média dos preços indicativos da OIC para outros suaves e robustas nos 10 dias que precedem o registro dessa segunda operação.

A sistemática de venda do IBC gerou um certo montante de Avisos de Garantia, papéis que passaram a circular no mercado até serem trocados por café brasileiro. O prazo efetivo de utilização desses títulos (respeitada a validade legal de 90 dias, determinada pelo IBC) é função, entre outras coisas, da expectativa do importador sobre o comportamento futuro dos preços do café em relação à desvalorização esperada da moeda em que foi emitido o Aviso de Garantia. Por exemplo: se o importador espera que o preço do café caia mais rapidamente que o valor real do dólar, será para ele mais conveniente adiar a conversão do Aviso junto ao IBC pois poderá, no futuro, trocá-lo por uma quantidade maior de café.

Vale notar, ainda, que o valor total dos Avisos de Garantia em circulação no mercado será maior ou menor, em um determinado momento, conforme a evolução dos preços do café durante os últimos meses. Quando as cotações sofrem uma queda, o IBC é obrigado a emitir uma quantidade maior de títulos; no caso contrário, haverá absorção de uma

parcela dos títulos em circulação pelo IBC. Este aspecto é importante porque o montante de títulos existentes no mercado permite avaliar a redução que sofrerá o preço médio das exportações dos próximos meses em razão da conversão dos títulos. Por exemplo, uma parte dos Avisos de Garantia emitidos em 1980 teve sua conversão transferida para 1981. Este fato contribuiu para superdimensionar a receita cambial de 1980 mas, evidentemente, resultará em uma redução do preço médio das vendas de 1981, principalmente pela influência que exercerá durante os primeiros meses do ano.

Desse modo, uma estimativa da receita cambial brasileira com a rubiácea, em 1981, terá de levar em conta, entre outros fatores, os elementos acima referidos. No entanto, o valor da receita do café dependerá, primordialmente, do resultado da safra brasileira que será colhida em meados de 1981. O USDA prevê esta colheita entre 31 e 33 milhões de sacas, enquanto fontes brasileiras a situam entre 25 e 30 milhões. Se o resultado obtido for realmente elevado, ocorrerá o início da recuperação do estoque brasileiro. A não ocorrência de geadas no inverno aumentará a expectativa de que a safra brasileira de 1982 poderá ser também elevada, o que contribuiria ainda mais para o crescimento dos estoques. Se estes fatos se concretizarem, pode-se esperar uma forte contração dos preços internacionais durante o segundo semestre de 1981.

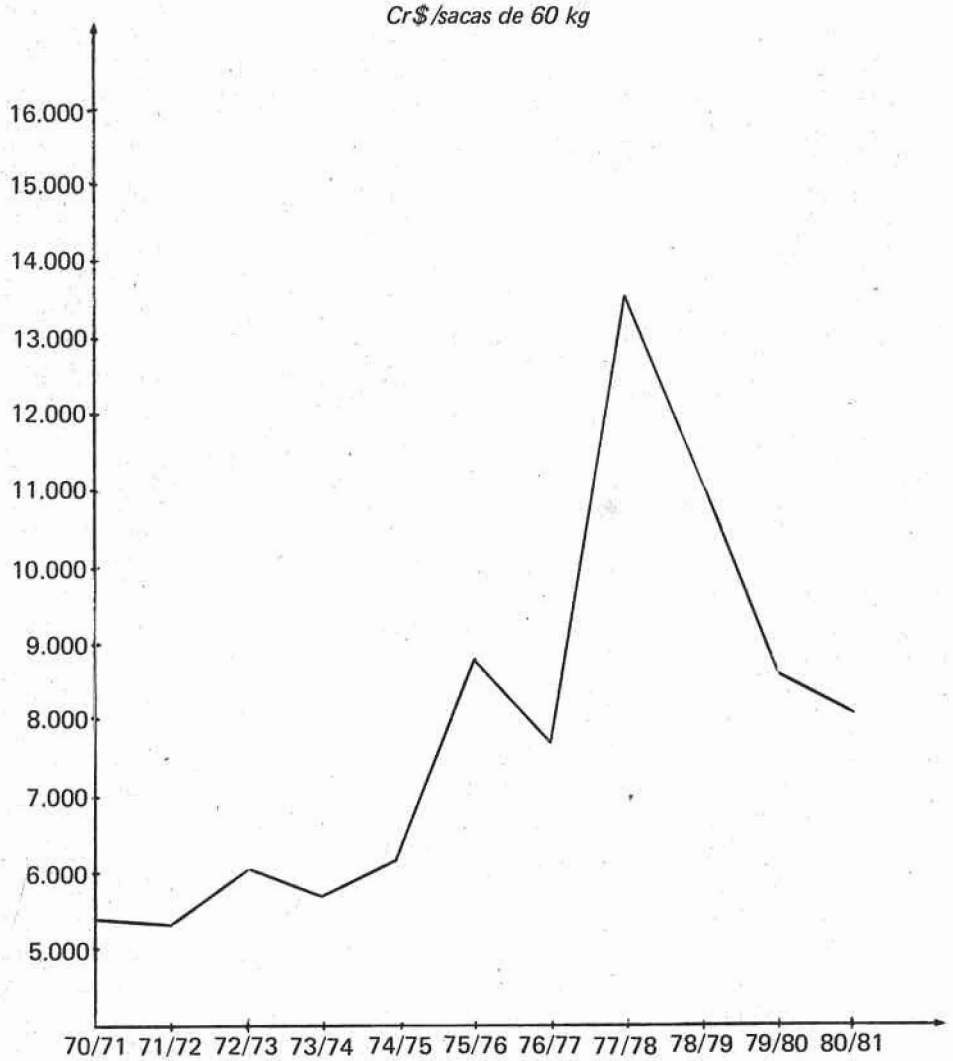
Além da questão do comportamento futuro das cotações, o próprio cumprimento da meta quantitativa das exportações, embora factível, não se dará facilmente. A cota básica do Brasil para exportação a países membros da OIC é de 14,5 milhões de sacas. No entanto, os cortes realizados até aqui pela OIC, em razão de quedas de preço, já reduziram a cota brasileira para algo em torno de 14,1 milhões. Esta quantidade supera em 1,1 milhão de sacas o total das vendas do Brasil àqueles países, em 1980. Para alcançar a meta de 17 milhões será ainda necessário vender 2,9 milhões de sacas a países importadores não filiados à OIC, os quais, em 1980, compraram 2,2 milhões de sacas de café brasileiro. Será preciso, portanto, elevar as vendas em 700 mil sacas para um mercado fortemente competitivo, que não conta com limites de preço ou cotas de exportação e que absorve anualmente pouco mais de 6 milhões de sacas.

De qualquer forma, será muito difícil obter, em 1981, uma receita cambial com o café igual ou superior à do ano passado, mesmo em termos nominais. A maioria das previsões divulgadas até o momento admitem que o valor médio do café a ser exportado em 1981 se situará entre US$ 1,00/lb e US$ 1,20/lb (ou US$ 132,16/saca e US$ 158,59/saca). Se esta previsão se efetivar e se for possível cumprir a meta quantitativa de exportação (17 milhões de sacas) o Brasil auferirá com o café, em 1981, uma receita cambial entre US$ 2,25 e US$ 2,69 bilhões, o que significará uma redução nominal entre 4% e 20% em relação a 1980.

Do ponto de vista do cafeicultor brasileiro, as atuais perspectivas também não são promissoras. Já por ocasião da colheita da safra 1980/81, era previsível que a situação do mercado brasileiro seria de relativo aperto de oferta durante o primeiro semestre de 1981. (ver Agroanalysis, vol. 4 nº 9). Naquela época, previa-se que o estoque de café brasileiro seria de 17,23 milhões de sacas em 31/12/80. No entanto, segundo o IBC, o estoque situou-se em apenas 16,164 milhões de sacas, em razão da safra 1980/81 ter sido menor do que o previsto. Esse volume teria que atender a uma demanda da ordem de 11 milhões de sacas (7,5 milhões para exportação e 3,5 milhões para consumo interno, supondo que as metas de 1980 fossem mantidas em 1981). Considerando que 4 a 5 milhões de sacas pertenciam ao IBC, o estoque privado previsível para 30/06/81 seria de 1,23 a 2,23 milhões de sacas. Estas estimativas permitiam antever, não só uma situação de mercado interno aquecido no primeiro semestre de 1981 mas, também, que o IBC, tendo em vista a tendência baixista vigente no mercado internacional, seria forçado a sustar qualquer valorização real dos preços internos do café. Caso contrário, seria politicamente difícil ao IBC anun-

QUADRO 4

CAFÉ — Preços Reais de Garantia — Médias Por Ano-Safra — 1970-81
Valores de Março de 1981
Cr$/sacas de 60 kg



FONTE: Boletim Estatístico 002 da Junta Consultiva do IBC.

ciar, em meados de 1981, um preço de garantia relativamente baixo (ver Quadro 4) e, provavelmente, a autarquia seria obrigada a formar estoques, em 1981/82, pagando um preço superior ao desejado. Esta situação criaria um forte dilema para o governo, em razão da conjuntura que o país atravessa, uma vez que a concessão de elevadas somas ao setor produtivo do café comprometeria, em boa parte, a utilização da política de contenção dos gastos federais como instrumento anti-inflacionário.

Por essas razões, o IBC vem distribuindo café de seu estoque aos torrefadores nacionais a preços subsidiados desde o último trimestre de 1980. Em conseqüência, o consumo interno aumentou, estimulado pela queda real dos preços finais. No entanto, há, no mínimo, uma contradição entre dispender recursos elevadíssimos para renovar e revigorar cafezais após uma geada e, em seguida, permitir que se verifique forte desestímulo à cultura, o que fatalmente ocorrerá se não for sustada a queda real dos preços internos do café.

CARNES

Estabilidade do mercado depende de se aumentarem as exportações

Em 1980, o movimento cíclico dos preços no mercado de carne bovina contrariou sensivelmente as previsões vigentes no início da temporada. No primeiro semestre do ano, os preços reais da arroba do boi gordo recebidos pelos produtores, no estado de São Paulo, mantiveram-se praticamente estáveis em relação ao mesmo período de 1979. Mas foi no período de entressafra (o segundo semestre) que o mercado viveu uma grande reviravolta. Na verdade, o sentimento altista acalentado pelos pecuaristas foi progressivamente dissipado por expectativas cada vez mais baixistas. Na entressafra de 1980, os preços reais do boi gordo caíram 4,6% em relação ao período de safra. Comparativamente à entressafra de 1979, a queda foi bastante substancial: 22,0%.

Esse comportamento baixista do mercado de bovinos, contudo, não ocorreu como reflexo de um acentuado aumento na disponibilidade interna do produto. Pelo contrário, a fase cíclica de recomposição do rebanho persistiu durante o ano passado. Ou seja, os pecuaristas ampliaram o seu contingente de fêmeas destinadas à criação, reduzindo, concomitantemente, o envio desses animais ao abate. A participação de vacas nos abates totais controlados pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal) decresceu de 20,7% para 17,3%, entre 1979 e 1980. Tal diminuição nos abates de vacas não foi integralmente compensada pela maior matança de bois e vitelos: entre os anos considerados, verificou-se uma queda de 0,5% nos abates totais, que alcançaram 6,727 milhões de cabeças, em 1980.

Essa relativa estabilidade dos abates (por conseguinte, da oferta de carne) permite concluir que a reversão do ciclo pecuário, verificada em 1980, não se deveu a um incremento da oferta de carne bovina. A reversão faz parte de um processo de retração na demanda, iniciado em 1978, quando os preços do boi gordo iniciaram trajetória fortemente altista, elevando-se a níveis historicamente recordes. Assim, a contínua erosão do poder de compra dos salários resultou em um menor consumo de carne bovina e criou condições para a maior participação das carnes de pequenos e médios animais na dieta da população. Entre 1978 e 1980, o consumo de carne bovina caiu de 20,3 kg para 16,3 kg por habitante, ou seja, queda de 20%. No mesmo período, o consumo per capita de carne de aves cresceu 36%, atingindo 8,7 kg, e o de carne suína 5%, elevando-se para cerca de 10 quilogramas(*).

Na verdade, a queda no consumo propiciou ao governo maior facilidade para a formação de estoques reguladores. A retração do consumo verificada em 1980 é aproximadamente igual ao volume de carne estocado pela Cobal. Evidentemente, existe um descompasso temporal entre os dois fenômenos, ou seja, a queda do consumo deu-se ao longo de todo o ano, enquanto a estocagem foi realizada apenas durante a safra. Tal descompasso, porém, não descarta a assertiva anteriormente

(*) Consumo aparente, ou seja: produção + importação – exportação, dividido pela população.

levantada. A maior facilidade para viabilizar o programa de estocagem ganha destaque quando se considera que para compor um volume de cerca de 200 mil t, a Cobal necessitou de uma menor parcela de produto importado. As compras externas do Brasil em 1980 alcançaram 55 mil t, estabelecendo uma redução de 50% relativamente às aquisições de 1979.

Por outro lado, a diminuição do consumo também viabilizou um melhor desempenho do segmento exportador. Em termos de carne fresca, refrigerada ou congelada, o país parece ter encetado uma tímida volta ao mercado. As vendas do produto mais que dobraram, saltando de 2,7 mil t, em 1979, para 5,7 mil t no ano passado. A exportação de carne industrializada também retomou fôlego em 1980, tendo alcançado 72,6 mil t (incremento de 58,5% em relação às vendas de 1979). Um dado final comprova o melhor resultado obtido pelo Brasil, em termos de comércio exterior: a exportação líquida de carne bovina (equivalente em carcaça) cresceu de 6,2 mil t em 1979, para 111 mil t em 1980. Nesse ano, o superávit do comércio de carne bovina situou-se em torno de US$ 170 milhões.

A *euforia* do setor exportador, em 1980, não encontrou eco entre os produtores. A prematura reversão do ciclo pecuário foi surpreendente, tendo a cotação do boi gordo sofrido um decréscimo de 13,5% (descontada a inflação) na média do estado de São Paulo. No primeiro trimestre de 1981, a erosão dos preços prosseguiu célere: queda de 28% em relação a idêntico período do ano passado. Para as categorias mais novas (animais para recomposição do rebanho de engorda) a queda de preços no primeiro trimestre foi ainda mais elevada: 33% para o boi magro e 34% para o bezerro.

Em termos analíticos, a compreensão do movimento dos preços dessas diferentes categorias deve ser feita a partir do entendimento dos fenômenos de estacionalidade e ciclo inerentes à pecuária bovina de corte. A estacionalidade conforma a flutuação dos preços dentro de um mesmo ano, ou seja, os períodos de safra e entressafra. O ciclo pecuário diz respeito à oscilação de preços ao longo dos anos (para uma análise mais detalhada do ciclo veja Agroanalysis, vol. 4, nº 4).

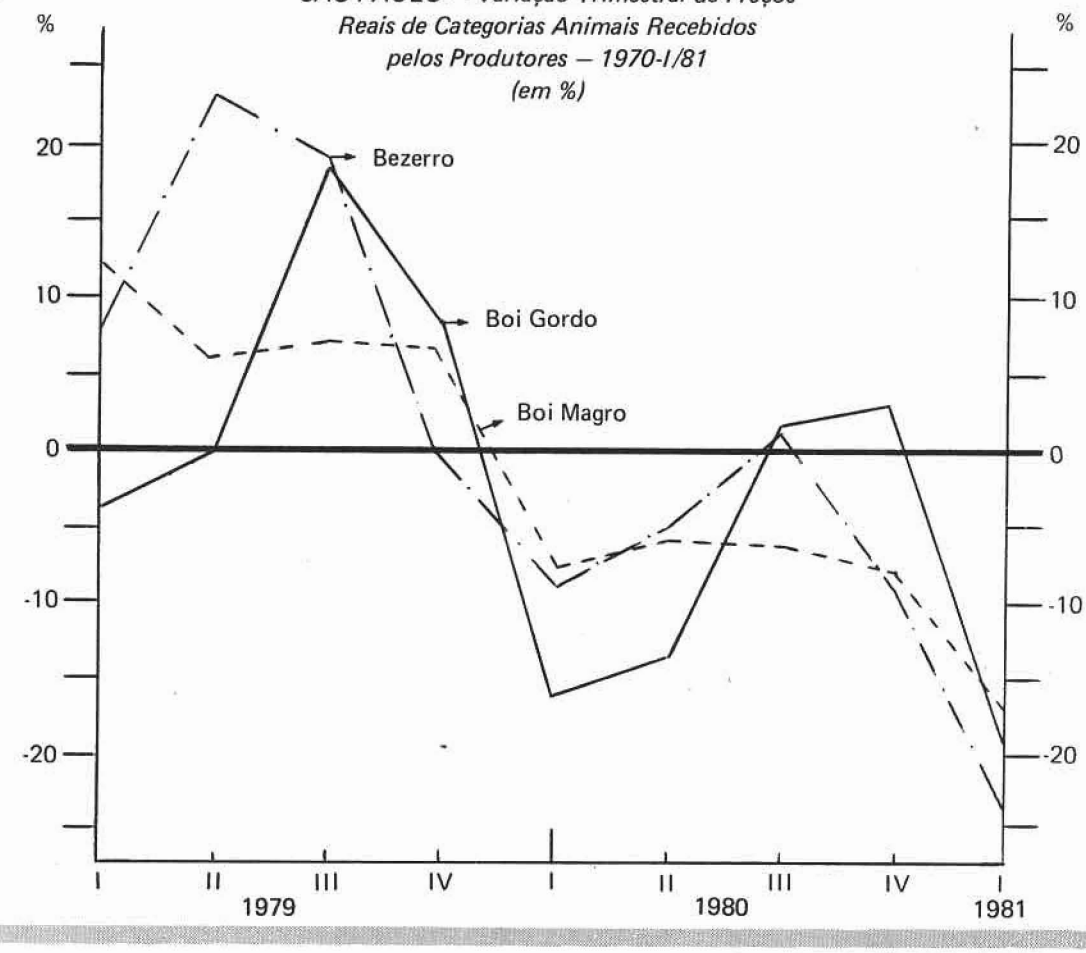
A categoria boi gordo, dentro do fenômeno cíclico, é o elemento central na evolução de preços dos bovinos. A partir da expectativa quanto à tendência das cotações do animal terminado espalham-se reflexos sobre todo o mercado de carne bovina. Ao longo dos ciclos sucessivos podem-se detectar variações mais acentuadas nas séries de preços de bezerros, bois magros e vacas solteiras. Ao contrário do boi gordo, que já é o produto final, os preços dessas categorias, num dado momento, incorporam as expectativas dos pecuaristas relativamente ao comportamento dos preços em instantes posteriores. Assim, os preços de bezerros, novilhos e vacas solteiras incorporam um ágio sobre os preços do boi gordo na fase ascendente do ciclo, e um deságio (uma variação negativa mais acentuada) nos períodos de contração de preços.

O Gráfico 1 apresenta uma visão mais detalhada do ciclo e da estacionalidade da pecuária bovina de corte. A percepção do ciclo, em sua totalidade, não pode ser obtida a partir do referido gráfico, pois este focaliza apenas a reversão do ciclo: do pico de preços, em 1979, para o início da queda, em 1980, e a sua continuação na temporada atual. O Gráfico registra a variação percentual dos preços de um trimestre em relação ao imediatamente anterior. Por exemplo, o primeiro ponto da série (I/1979) representa a variação do 1º trimestre de 1979 em comparação aos três últimos meses de 1978. O biênio 1979/80 foi um período de transição no mercado, na medida em que os pecuaristas não encontraram facilidades em definir as suas expectativas com suficiente clareza. Nesse sentido, algumas constatações emanam do Gráfico 1:

- O preço da categoria bezerro oscilou mais fortemente do que o do boi gordo, tanto no aspecto cíclico como no sazonal (safra e entressafra);
- O preço do boi magro (categoria etária mais próxima do produto final) apresentou as menores variações relativas, constituindo-se na categoria que melhor refletiu

GRÁFICO 1

SÃO PAULO – Variação Trimestral de Preços Reais de Categorias Animais Recebidos pelos Produtores – 1970-I/81 (em %)



a *efetiva* fase de baixa cíclica de preços, que caracterizou o período. Em termos práticos, os pecuaristas dedicados à recria tiveram um desincentivo líquido de preços em todos os pontos da série.

- A parte mais central do Gráfico é a que melhor sintetiza a referida transição. No primeiro trimestre do ano passado (ponto I/1980) a queda de preços das categorias mais jovens foi menos acentuada do que a do boi gordo, contrariamente ao que seria de se esperar. Como nos referimos anteriormente, a expectativa geral era de continuidade da fase de alta em 1980. Otimistas, os pecuaristas não apostavam na depressão dos preços. Dessa forma, as categorias de reposição estiveram sobrevalorizadas em relação ao animal terminado. No entanto, na época de recuperação sazonal da cotação do boi gordo, entre os pon-

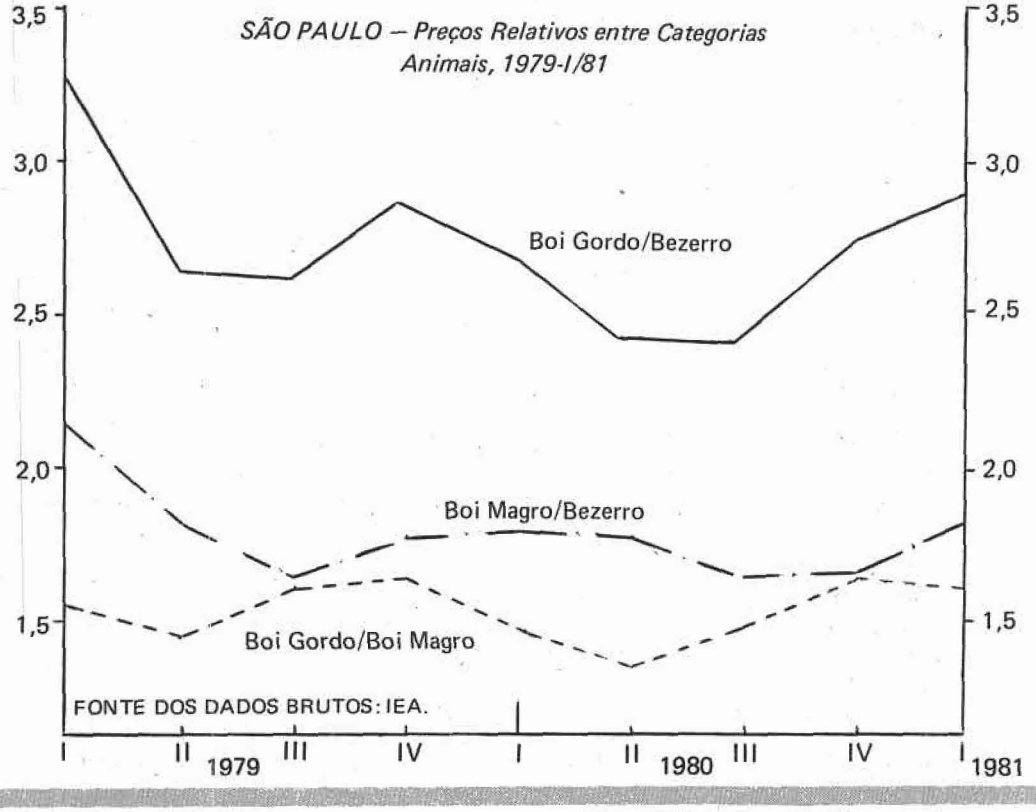
tos I e III/1980, os pecuaristas já haviam adquirido condições para a percepção de que *a tendência cíclica dos preços era realmente de baixa*. Nesse período, a curva de preços de bois magros e bezerros não apresentou a esperada inflexão positiva (mais acentuada do que a do boi gordo). Imediatamente após, tais categorias retornaram à tendência cíclica de baixa, com o declínio acentuado de seus preços nos trimestres seguintes.

O Gráfico 2 confirma as considerações anteriores de um outro ângulo. A análise das relações de preços boi gordo/bezerro e boi gordo/boi magro fornece meios de captar as modificações sofridas no mercado de reposição do boi gordo. A evolução dos preços relativos nos trimestres mais recentes é extremamente importante para uma tentativa de avaliação do futuro do mercado de bovinos. Percebe-se que, a partir da segunda metade de 1980, os preços relativos iniciaram uma fase ascendente, no sentido da valorização das categorias mais velhas relativamente aos animais situados numa faixa etária inferior. A continuidade dessa situação significaria, para os pecuaristas, maiores vantagens econômicas mediante a comercialização de animais terminados para a aquisição de novilhos e bezerros.

O declínio generalizado do mercado de carne bovina poderá resultar numa retomada do processo de liquidação do rebanho, forçando o envio

GRÁFICO 2

SÃO PAULO – Preços Relativos entre Categorias Animais, 1979-I/81



de maiores lotes de fêmeas ao abate. Os indicadores atuais já apontam nessa direção. Segundo a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, nos estabelecimentos sob inspeção federal (SIF) do estado, o índice de abate de fêmeas evoluiu de 39% para 45%, entre dezembro/80 e janeiro/81. Nos estabelecimentos sem inspeção, o índice atinge cifras ainda mais alarmantes. Mais grave ainda: segundo os levantamentos da Secretaria, entre as fêmeas sacrificadas foi elevada a incidência de animais prenhes.

A entrada da COBAL no mercado, para a formação dos estoques reguladores de carne bovina de 1981, não tem sido suficiente para conter a queda dos preços reais do produto. Além da maior oferta de boi gordo na presente safra, deve-se levar em conta os padrões de comportamento pouco concorrenciais existentes na intermediação do produto, onde os frigoríficos exercem um grande poder de manipulação dos preços. Até o momento, calcula-se que a estocagem já alcançou um volume entre 80 mil e 100 mil t de carne. A partir do preço-referência fixado para a aquisição do produto, estima-se que os Cr$ 40 bilhões destinados ao programa pelo Conselho Monetário Nacional, permitirão à COBAL compor estoques de aproximadamente 230 mil t de carne bovina congelada.

Face à precária contribuição da estocagem oficial no sentido de impedir uma forte depressão dos preços, a estabilidade do mercado dependerá de um incremento das exportações brasileiras. Duas medidas recentemente adotadas pelo governo estimulam as vendas externas: a isenção do pagamento do ICM e a instituição de um crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Entretanto, a competitividade do produto brasileiro encontra obstáculos na significativa sobrevalorização cambial do cruzeiro.

Em termos de mercado interno, a maior oferta de carne bovina ocorre paralelamente ao incremento da disponibilidade de aves e suínos. A maturação, em 1980/81, de um grande número de projetos no setor avícola de corte, veio somar-se à grande capacidade produtiva instalada ao longo da década de 70. No entanto, a produção de carne de frango deverá refrear, em 1981, o impetuoso ritmo de crescimento estabelecido no período 1978/80 (mais de 20% ao ano). A expansão prevista para 1981 dependerá, em boa parte, do comportamento do setor voltado para a exportação. Fontes (otimistas) ligadas ao setor prevêem uma expansão de mais de 70% nas vendas externas de frango congelado: de 150 mil para 260 mil t, entre 1980 e 1981. De qualquer forma, parece lícito supor, mesmo levando-se em conta a retração na atividade no 1º trimestre do corrente ano, que a produção de carne de aves venha a superar em cerca de 10% a produção alcançada em 1980 (1,2 milhão de t).

Na temporada atual, a produção de carne suína deverá registrar uma sensível elevação relativamente ao ano anterior (1,05 milhão de t, segundo a Fundação IBGE). A descapitalização que vem afetando a atividade, desde o ano passado, é um dos fatores mais relevantes para o aumento da produção: a diminuição ou a paralização total da atividade significa o envio de quantidades crescentes de animais ao abate, elevando a produção.

Em síntese, a oferta global de carnes, em 1981, deverá registrar um apreciável aumento, em boa parte decorrente dos insatisfatórios resultados econômicos que poderão resultar na liquidação dos rebanhos de bovinos e de suínos. Nessa última atividade, a crise acabará tornando fundamental a elevação do nível tecnológico, viabilizando uma maior competitividade do setor dentro do mercado de carnes. O recrudescimento da matança de matrizes bovinas poderá significar, nos próximos anos, uma fase de preços altos ainda mais acentuada do que a ocorrida em 1979. O crescimento do rebanho, dessa forma, estará bastante comprometido, caso não se proceda à implementação de programas voltados à retenção de ventres, nas atividades básicas da pecuária, ou seja, nos segmentos ligados à cria e à recria.

LARANJA

Benefícios da geada nos EUA

A geada que afetou os pomares da Flórida, em meados de janeiro, veio modificar radicalmente as sombrias perspectivas da citricultura brasileira para 1981. Já no início de ou-

tubro do ano passado, quando o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos divulgou a primeira estimativa da safra norte-americana de laranja do ano agrícola 1980/81, que configurava outra safra recorde, a situação da citricultura nacional era bastante difícil. Estimava-se que os estoques remanescentes de suco da atual safra brasileira atingissem aproximadamente 200 mil t que, adicionadas a uma produção esperada, na safra 1981/82, da ordem de 450 mil t de suco, alcançariam o volume de 650 mil t a serem ofertadas no ano-safra que se inicia em maio de 1981. Esta oferta do produto, se confirmada a excelente safra dos EUA, não encontraria mercado externo que a absorvesse e, dado o insignificante consumo interno de suco de laranja (em torno de 25 mil t anuais) resultaria numa situação de insolvência para o setor como um todo.

Vale ressaltar que, mesmo que os exportadores brasileiros estivessem dispostos a vender o produto a preços inferiores aos custos de produção, isto não iria modificar o panorama visualizado naquele período, visto que o mercado internacional não teria condições de absorver todo o volume resultante da produção brasileira e norte-americana. Foi justamente tentando evitar altos estoques, que os industriais norte-americanos, durante 1980, baixaram o preço do suco no mercado interno daquele país, promovendo, inclusive, campanhas promocionais, com o intuito de induzir a um maior consumo do produto. Este preço, no entanto, desde a ocorrência da geada, já sofreu mais de quatro reajustes, experimentando um aumento de cerca de 60%.

Contudo, não foi só no mercado interno dos EUA que o preço subiu. Na bolsa de mercadorias de Nova Iorque, por exemplo, que reflete grande parte das transações internacionais, as cotações do suco de laranja elevaram-se em cerca de 75%, nos últimos dois meses (ver Gráfico 1).

Desta forma, a ocorrência da geada, que, ao que tudo indica, resultará numa queda de 30% na oferta de suco norte-americano – 65 milhões de galões a 43,4º Brix (o que equivale a 220 mil t de suco brasileiro, a 65º Brix) – deverá trazer a normalidade ao mercado, viabilizando as exportações do suco brasileiro. Estas poderão alcançar o volume de 520 mil t (ver Quadro 1) neste ano-safra, resultando num estoque remanescente, em maio de 1982, dentro dos níveis considerados normais (entre 50 e 70 mil t).

O efeito da geada, entretanto, se fará sentir, pelo menos, nas próximas três safras norte-americanas, na medida em que grande número de árvores teve seu tronco afetado, sendo necessária, assim, a sua erradicação, o que reduzirá o número de pés em produção. A substituição dos pés erradicados, por novos, se efetuada, só irá influir sobre a safra 1983/84, quando os novos pés estarão aptos a produzir.

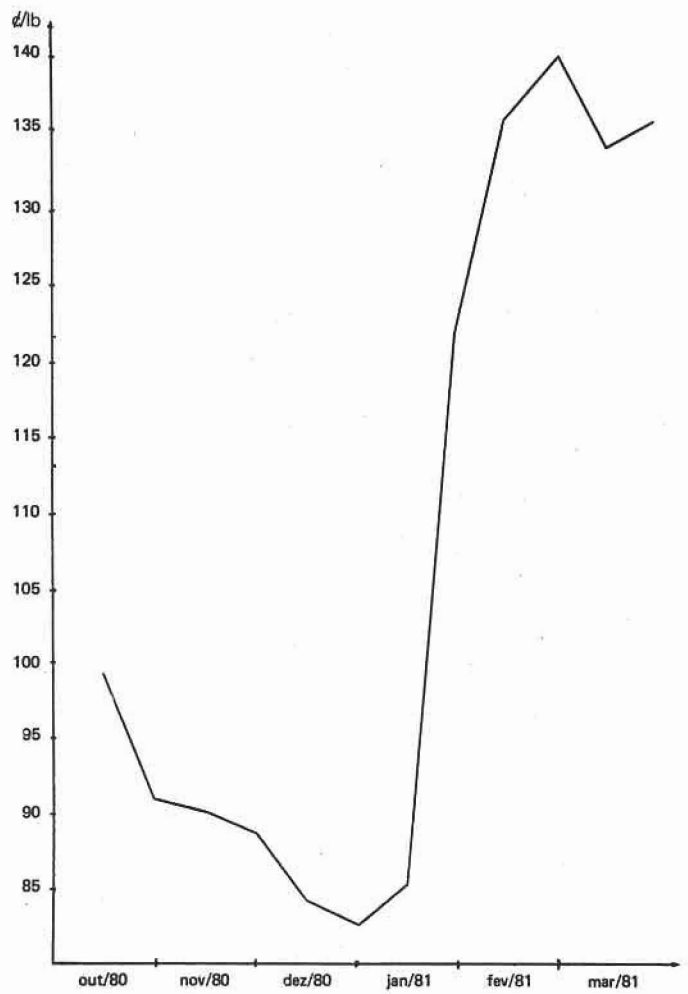
Assim, o Brasil deverá beneficiar-se, durante pelo menos três anos, de um mercado externo estável, sobretudo se forem mantidas as atuais políticas de comercialização estabelecidas pela Cacex, que visam, primordialmente, a manter e expandir o mercado consumidor externo, via estabelecimento de preços atraentes para o importador e busca de novos mercados. Tais políticas podem não resultar em grandes lucros no curto prazo, mas, sem dúvida, garantirão ao Brasil um mercado comprador no médio e longo prazos, resultando numa base sólida, sobre a qual o setor poderá apoiar-se para continuar o seu desenvolvimento.

Além disso, os próximos três anos, marcados por safras norte-americanas menores, deverão ser suficientes para que se consiga intensificar o consumo interno do produto, através de campanhas de divulgação e outros mecanismos, resultando numa menor dependência do produto brasileiro em relação ao mercado internacional.

Desta forma, se alcançado o objetivo principal, isto é, a garantia de mercados consumidores interna e externamente, que possibilitem o escoamento, a preços remuneradores, da produção de suco cítrico brasileiro, o país poderá continuar a ser o principal exportador mundial. Deste modo, ficariam afastados do mercado possíveis competidores, que, de outra maneira, poderiam beneficiar-se da atual situação mundial, tendo suas produções incentivadas pela exacerbação dos preços praticados no mercado externo.

GRÁFICO 1

Suco de Laranja: Evolução das Cotações Médias Quinzenais na Bolsa de Nova Iorque — Out/80-Mar/81



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Unicom News.

Nesta situação encontram-se Israel, México, Espanha, Itália e os Estados Unidos, cujo incremento na produção de suco traria graves problemas ao Brasil, a médio prazo.

No tocante à produção interna, os próximos quatro anos deverão apresentar safras crescentes, devido à grande quantidade de novos pés que estarão entrando em produção e aos constantes aumentos de produtividade que serão obtidos no período. Esta melhoria do rendimento físico ocorrerá porque os pomares jovens alcançam rendimentos crescentes até determinado período, após o qual a produtividade tende a estabilizar-se, reduzindo-se quando a árvore chega à idade madura. Evidentemente, tais ganhos em produtividade estarão condicionados à manutenção dos tratos culturais e à utilização de insumos básicos, sem os quais as produções podem, inclusive, apresentar-se em queda. Isto deverá ocorrer na safra 1981/82, para a qual se esperava uma produção superior à atual e que, no entanto, não deverá ultrapassar os 165 milhões de caixas, contra 167 milhões produzidos na safra 1980/81. Tal redução será uma conseqüência dos baixos preços recebidos pelos produtores, em 1980, somados a um aumento no preço dos principais insumos, de mais de 100%. Considerando-se que os citricultores esperavam uma queda ainda maior em sua renda, neste ano, compreende-se como estes fatores desestimularam a classe produtora, fazendo com que muitos pomares fossem

quase abandonados, resultando, assim, em menor produtividade.

Esta situação, entretanto, não ocorrerá neste ano, pois, em reunião realizada no último dia 2 de abril na Cacex, entre industriais e produtores, o preço da laranja para a indústria foi fixado em Cr$ 210,00/caixa de 40,8 kg, 133% maior do que o preço praticado na safra 1980/81. Este reajuste garante ao produtor um preço real superior ao de 1980, cujo valor, em termos reais, mostrou-se, por sua vez, bem inferior ao dos anos anteriores. Desta forma, produtores e industriais podem, mais uma vez, respirar aliviados, pois, graças à geada que afetou a produção norte-americana, novamente a citricultura brasileira escapa de uma crise que poderia ser a maior já experimentada pelo setor. Resta saber se, desta vez, alguma coisa será feita no sentido de, pelo menos, diminuir a dependência da nossa citricultura em relação a fenômenos conjunturais que podem não ser tão benéficos no futuro.

QUADRO 1

BRASIL: Evolução das Exportações de Suco Cítrico
1970-81

Discriminação / Anos	US$ 1.000	Variação Anual (%)	Toneladas	Variação Anual (%)
1970	14.736	–	33.468	–
1971	35.859	143,30	77.334	131,00
1972	41.499	15,70	87.157	12,70
1973	63.622	53,30	120.990	38,82
1974	59.170	(7,00)	108.460	(10,36)
1975	82.213	38,94	180.903	66,80
1976	100.900	22,73	209.858	16,00
1977	177.040	75,46	213.553	1,80
1978	332.642	87,89	335.644	57,20
1979	281.452	(15,40)	292.364	(12,90)
1980	338.717	20,35	401.144	37,30
1981(1)	557.615	64,63	520.000	29,60

(1) Estimativa feita considerando já o valor exportado em janeiro de 1981.
Fonte: CACEX.

LEITE

Espera-se uma oferta menor, mas o consumo também diminuirá

A atual política de incentivo à produção de leite via aumento dos preços pagos aos produtores, revigorada a partir do ano passado, não tem conseguido alcançar os seus objetivos, uma vez que, desde então, não ocorreram incrementos no volume produzido (ver Quadro 1). Esta asserativa é comprovada pelo fato de que o governo foi obrigado, em 1980, a recorrer mais uma vez às importações para suprir o déficit no abastecimento interno.

Embora os preços pagos ao produtor tenham sofrido reajustes nominais significativos, desde abril do ano passado, estes, na realidade, não conseguiram superar as altas taxas inflacionárias experimentadas pela economia brasileira no período mais recente, com reflexos negativos para a classe produtora (ver Gráfico 1). Esta queda na renda real vem, ao longo dos anos, descapitalizando o produtor e impedindo novos investimentos destinados a tornar a atividade mais rentável. Este ano, ao que tudo indica, o governo decidiu aumentar a remuneração do produtor em termos reais, concedendo aumentos significativos no 1º semestre, na tentativa de manter mais estável a produção ao longo do ano. Os aumentos concedidos, escalonados para vigorarem durante os 6 primeiros meses do ano, perfazem um total de 81,2% sobre o

QUADRO 1

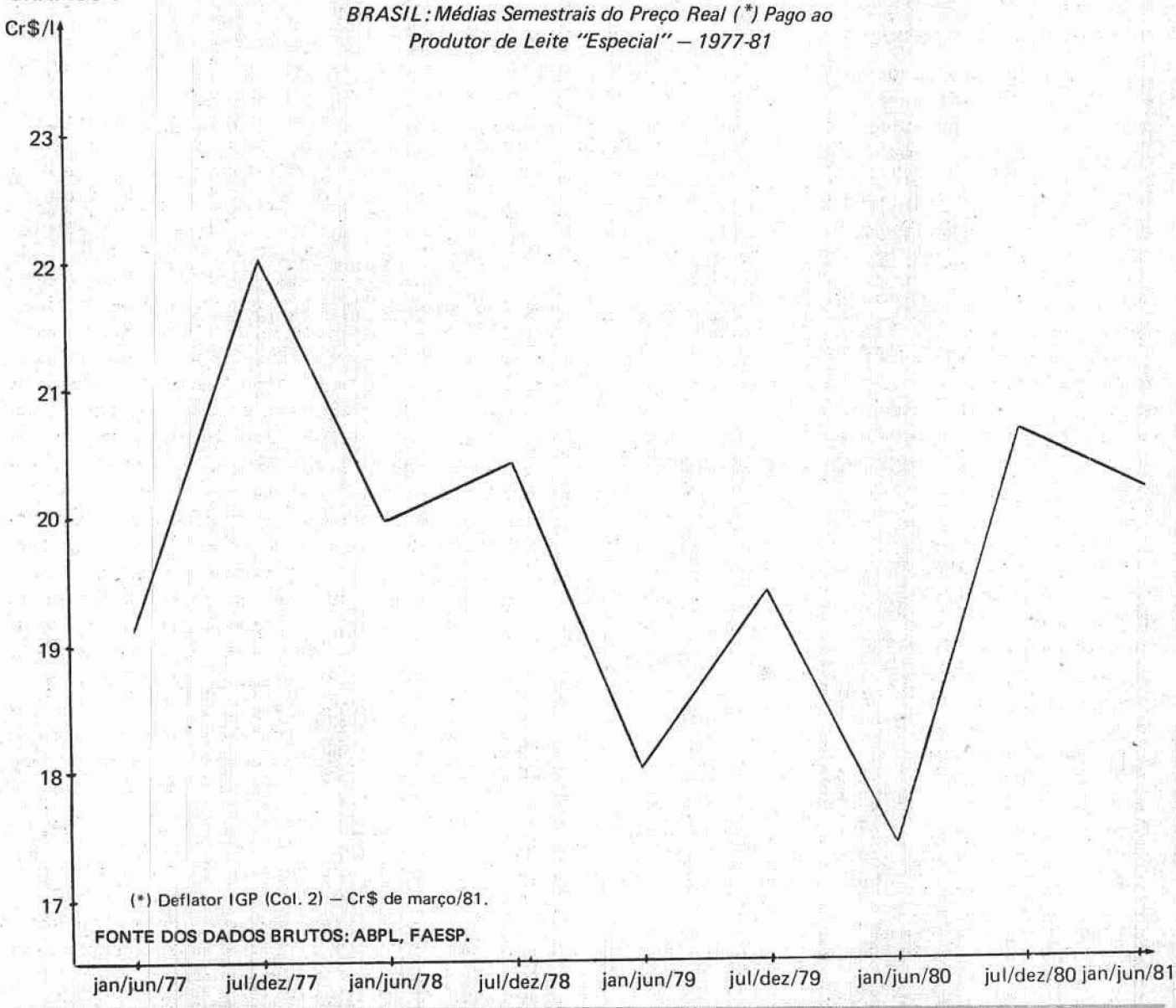
ESTADOS SELECIONADOS e BRASIL – Produção de Leite "In Natura"
1973-1980 (em milhões de litros)

Anos / Produção	São Paulo	%	Minas Gerais	%	Brasil	%
1973	1.567,0	–	2.637,2	–	7.537,0	–
1974	1.494,0	(5,0)	2.220,9	(15,8)	8.760,0	16,2
1975	1.506,0	0,8	2.356,1	6,0	9.712,0	10,9
1976	1.536,8	2,05	2.403,3	3,15	8.200,0	(15,6)
1977	1.586,8	3,25	2.113,6	(13,0)	7.150,0	(12,8)
1978	1.705,5	7,5	2.535,5	20,0	5.876,5	(17,8)
1979	1.668,4	(2,1)	2.517,3	(0,7)	6.224,9	6,0
1980*	1.554,6	(6,8)	2.083,7	(17,2)	–	–

* Dados preliminares, sujeitos à retificação.
Fonte: IEA, para São Paulo, CEPA/MG, para Minas Gerais e SUPLAN, para o Brasil.

GRÁFICO 1

BRASIL: Médias Semestrais do Preço Real (*) Pago ao Produtor de Leite "Especial" — 1977-81



(*) Deflator IGP (Col. 2) — Cr$ de março/81.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ABPL, FAESP.

preço em vigor no início de janeiro. A última parcela do aumento, a vigorar a partir de 16 de junho, visa incentivar o produtor a investir mais em seu rebanho na época da seca (entressafra).

Segundo os dados fornecidos pelos pecuaristas, o preço, mesmo após a última etapa do aumento, será ainda 20% inferior aos custos de produção projetados para aquela data. Ressalte-se, porém, que este preço reveste-se de um caráter inédito, visto que é a primeira vez desde 1977, que o leite é reajustado a uma taxa superior à inflação. A magnitude deste incremento, entretanto, vai depender do comportamento da economia, pois quanto menor for a alta dos preços em geral, no período, maior será o benefício do produtor.

Desta forma, ao elevar a remuneração real do produtor o governo espera que haja um incremento significativo da oferta de leite na entressafra, período em que ocorrem aumentos nos custos de produção, em conseqüência da redução da capacidade de suporte das pastagens, havendo a necessidade de complementar a alimentação do rebanho com rações, para manter o mesmo nível de produtividade. Devido justamente à queda na renda real da atividade leiteira nos últimos anos, a oferta de alimentação extra-pasto ao gado tornou-se extremamente precária. Isto porque o peso da ração no custo total de produção, na época da entressafra, chega a 50%. Além disso, este insumo, assim como os demais de que necessita a pecuária leiteira, experimentou uma alta de mais de 150%, nos últimos 12 meses, inviabilizando qualquer tentativa de aumentos de produtividade, via melhoria de trato e de alimentação. No Gráfico 2, pode-se ver a estacionalidade da produção de leite tipo "Especial" contra a quase estabilidade da produção de leite tipo "B", devido justamente à diferenciação do manejo. A variação na oferta de leite "Especial" na entressafra, dependendo da região, pode alcançar, às vezes, taxas bem elevadas como é o caso de Goiás, bacia leiteira que possui a maior parte de seu rebanho com finalidade mista, onde o arraçoamento não é praticado durante o período da seca, refletindo-se de forma direta no volume produzido. Essa queda sazonal de produção não ocorre no leite "B", segmento mais especializado do rebanho nacional que apresenta uma oferta praticamente constante ao longo do ano. A tecnificação maior da produção de leite "B" só foi possível porque, durante um longo período, este segmento esteve livre da intervenção do governo na fixação de seu preço. Isso ocorreu até abril de 1980, quando o governo resolveu fixar também o preço do leite "B" em nível de produtor e consumidor.

Premido pela política oficial de controle de preços, pelo aumento exagerado nos custos e pela falta de crédito para investimento no setor, o produtor vem-se descapitalizando, rapidamente. O reflexo direto dessa situação é evidenciado pela queda da produtividade (já baixíssima) do rebanho leiteiro, principalmente no segmento produtor do leite "Especial" que representa mais de 80% da produção nacional.

A persistência da política oficial de intervenção no mercado ao longo do tempo, acabou colocando a pecuária leiteira numa situação insustentável. Mais recentemente, a solução encontrada pelo governo foi estimular a produção, via aumentos sucessivos no preço pago ao produtor, embora estes aumentos sejam rapidamente anulados pela escalada inflacionária. Considerando-se, porém, os reajustes que foram concedidos durante a década de 70, veremos que somente após 1980 houve inversão da tendência que situava os reajustes de preço para o setor sistematicamente abaixo da inflação. Em 1981, embora não existam ainda números precisos sobre a produção do 1º trimestre do ano nas principais bacias leiteiras do país, há indícios de que a produção média caiu em cerca de 5%. A explicação para esse fato encontra-se no ponto já exaustivamente destacado: a política de controle de preços, que levou à precária situação financeira em que se encontra o produtor, sendo muitas vezes obrigado a sacrificar matrizes para levantar recursos para saldar dívidas bancárias. Aliás, o elevado percentual de abate de matrizes em plena capacidade produtiva no primeiro trimestre deste ano, segundo dados das Secretarias de Agricultura de Minas Gerais e São Pau-

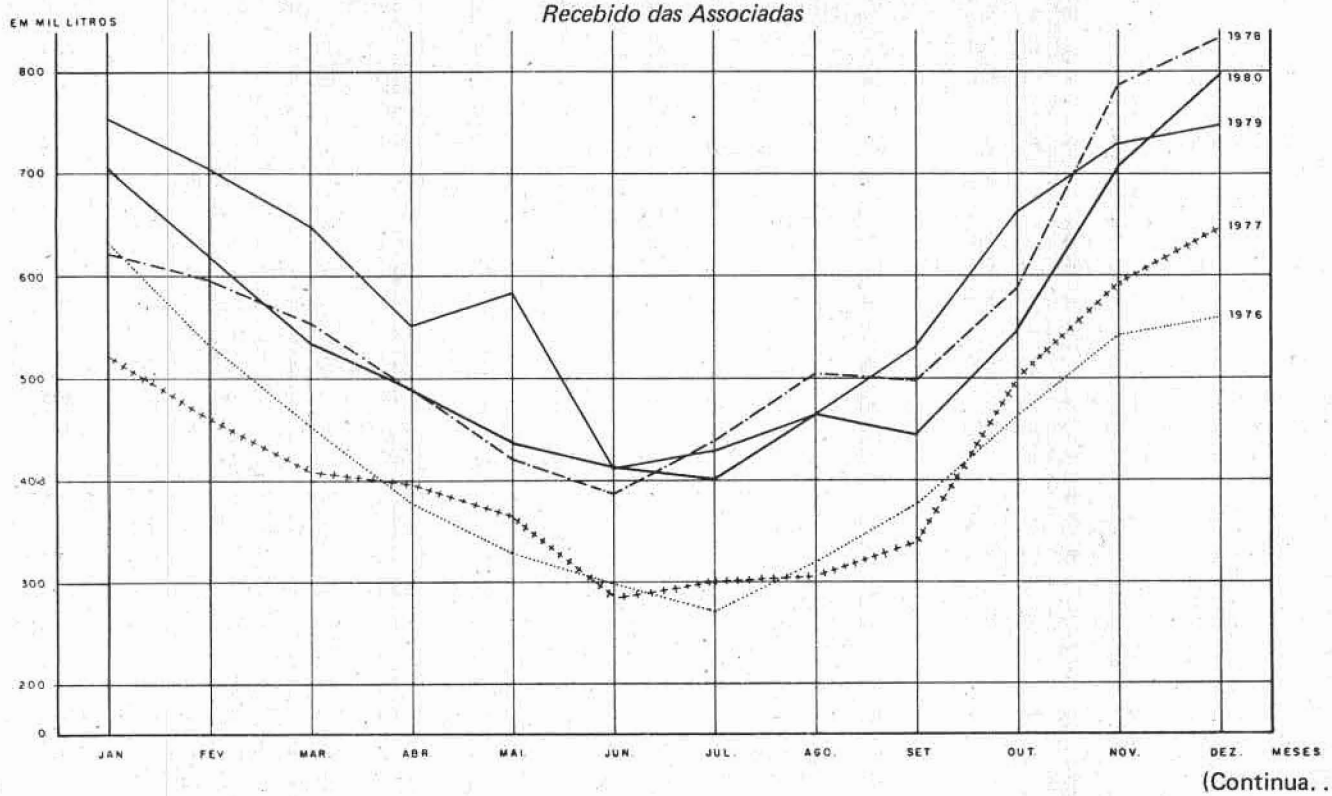
lo, tem provocado um clima de apreensão em todo o segmento leiteiro, visto que, no curto prazo, implicará queda na oferta de leite, anulando antecipadamente a possibilidade de consecução das metas pretendidas com a política de estímulo à produção via preços.

Contudo, mesmo diante da previsão de queda da oferta de leite, espera-se não ser necessário importar leite em pó na próxima entressafra. Esta expectativa baseia-se principalmente no fato de que o consumo deverá sofrer significativa redução, principalmente a partir de junho, quando o leite será reajustado pela terceira vez neste ano, conforme previsto.

Desde 1979, verifica-se uma queda no consumo final de derivados lácteos, tendência aliás, agravada a partir de abril do ano passado, quando o leite sofreu um dos maiores reajustes dos últimos 10 anos. Além disso, o reajuste de janeiro último afetou não só o consumo de derivados lácteos mas também o do leite *in natura*.

Informações sobre a queda no consumo de derivados lácteos, procedentes das principais capitais do país, demonstram que esses produtos, devido às majorações de preços sofridas em níveis superiores às elevações de renda da classe média,

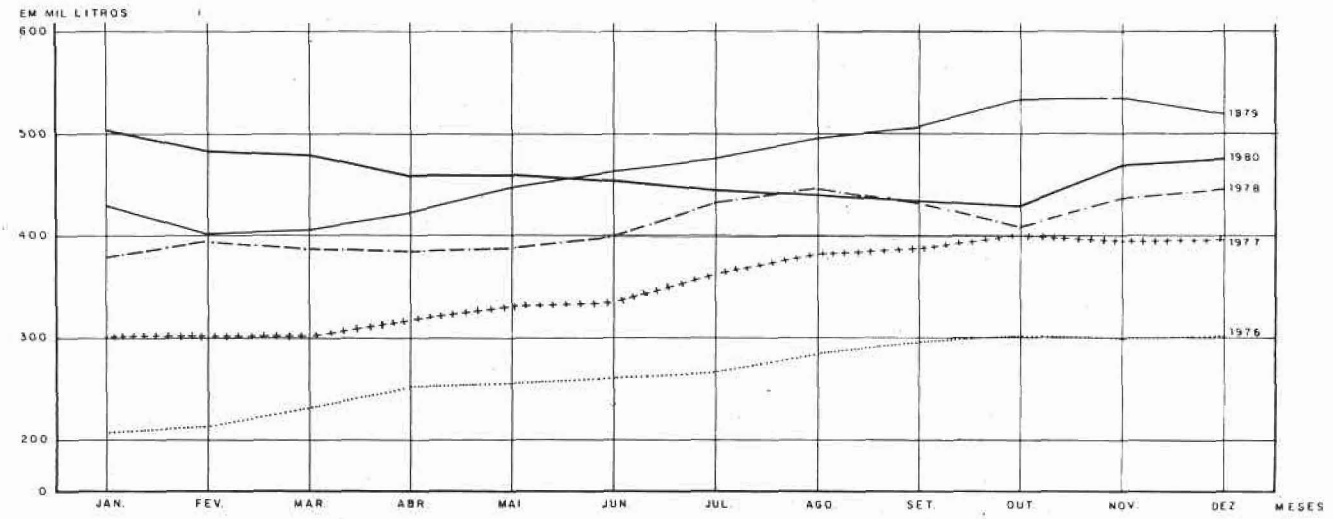
GRÁFICO 2 *SÃO PAULO – Médias Diárias Mensais de Leite Tipo "Especial" (antigo "C") Recebido das Associadas*



(Continua. . .)

(Continuação)

SÃO PAULO – Médias Diárias Mensais de Leite Tipo "B" Recebido das Associadas



FONTE: Relatório Anual –1980 – CCL – São Paulo.

tornaram-se proibitivos para o segmento da população em que se concentra o mercado consumidor (ver Quadro 2).

A fim de aumentar ainda mais a disponibilidade de leite *in natura*, o governo, nos últimos reajustes dados, favoreceu a participação dos diversos intermediários – usina, distribuidor e varejista – no preço final do produto, procurando tornar mais atrativa a produção e distribuição de leite pasteurizado comparativamente à de derivados. A elevação das margens de intermediação, associada à queda do consumo dos derivados lácteos mais sofisticados (iogurtes e alguns tipos de queijo) tem feito com que sejam desviadas parcelas crescentes do leite destinado à indústria para atendimento do mercado de leite *in natura*. Vale lembrar que a produção de derivados tem crescido nos últimos anos a taxas superiores às do leite pasteurizado. Esta queda recente na produção de derivados tem se verificado nas principais cooperativas de laticínios dos maiores estados produtores. Segundo dados da COONAI, Cooperativa de Ribeirão Preto, que abastece 32 cidades da região, a queda na produção de derivados tem-se acentuado. Assim, a proporção do leite recebido destinado à industrialização caiu de 14,5%, em 1979, para 12% em 1980, e para 10%, nos primeiros meses deste ano. Informações da CCPL-SP (cooperativa central do estado, que atua também em Goiás e Minas Gerais), assim como da CCPL do Rio de Janeiro, confirmam essa tendência geral de queda na produção de derivados no país.

Com relação ao leite *in natura*, a

situação atual pode ser considerada desalentadora, uma vez que foi constatado no começo do ano, um decréscimo no consumo do leite "Especial". Sabendo-se que o consumo "per capita" é extremamente baixo, a situação tende a agravar-se, após os reajustes de abril e junho, quando o preço ao consumidor deverá elevar-se em mais de 60%, superando os reajustes salariais concedidos. A elevação das taxas de desemprego, previsível para os próximos meses, contribuirá também, para reduzir a renda familiar das camadas mais pobres. Desse modo, torna-se necessário que sejam tomadas providências em prol desse segmento da população, cujo índice de desnutrição poderá agravar-se. Essas providências, no entanto, não podem ser adotadas em prejuízo da remuneração dos produtores, pois a pecuária leiteira necessita de uma política que lhe permita alcançar produtividades crescentes, uma vez que só assim o setor conseguirá oferecer aos consumidores um produto mais barato.

A redução dos custos da pecuária leiteira, via aumento de produtividade, só será conseguida quando houver um planejamento de longo prazo, fundamentado em investimentos que possibilitem ao produtor a formação de pastagens que permitam alimentar o rebanho sem ter que recorrer à compra de grandes quantidades de rações. No Brasil, onde a área de pastagens é imensa e o clima é adequado para este tipo de atividade, é inconcebível que a alimentação do rebanho nacional esteja cada vez mais dependente das rações. Tendo em vista os altos preços das rações, a complementação da alimentação do gado só é viável quando a produtividade diária na época de lactação é superior a 10 l/dia. Sabe-se, entretanto, que a maior parte do rebanho leiteiro nacional encontra-se abaixo dessa faixa de produtividade, o que torna ainda mais oneroso este tipo de alimentação. Somente investimentos na melhoria genética do gado, na formação e manutenção de pastagens e na melhor assistência técnica, tornarão o setor desenvolvido e moderno, a ponto de poder ofertar leite nas quantidades exigidas por uma população jovem que, hoje, no Brasil, representa mais de 60% do número total de habitantes.

QUADRO 2

CIDADE DO RIO DE JANEIRO — Comparação entre as Taxas de Variação do INPC e do Preço ao Consumidor dos Derivados Lácteos nos Períodos Discriminados (em %)

Produtos	Ago/80-Ago/79		Out/80-Out/79		Dez/80-Dez/79		Fev/81-Fev/80	
	Preço	INPC	Preço	INPC	Preço	INPC	Preço	INPC
Manteiga	82,56	92,1	27,21	93,1	49,80	102,2	51,87	100,00
Requeijão	82,82	92,1	91,73	93,1	96,74	102,2	122,87	100,00
Iogurte	55,88	92,1	85,27	93,1	91,04	102,2	146,80	100,00
Leite Condensado	138,15	92,1	113,25	93,1	77,40	102,2	101,61	100,00
Creme de Leite	147,65	92,1	117,50	93,1	77,00	102,2	99,35	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC—02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber

EAESP - FGV
S. Com.
11 MAI 1981
CORRESPONDENCIA
RECEBIDA

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL